
ANTROPOLOGIA DA CIDADE MODOS DE FAZER

O caminhar forma
e informa a cidade

VOLUME 1

VOLUME 1

Bianca Barbosa Chizzolini

ORG.

Bianca Barbosa Chizzolini

Flavia de Faria Moreira da Silva

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Maurício Fernandes de Alcântara

O caminhar forma e informa a cidade

Bianca Chizzolini

Chizzolini, Bianca; Silva, Flávia de Faria Moreira da; Leal, Gabriela; Alcântara, Maurício (orgs.).

Antropologia da Cidade – Modos de Fazer, vol. 3, 34 p.
São Paulo: GEAC-USP: 2019

Material didático

● Antropologia da cidade: modos de fazer ●

Heitor Frúgoli Jr.

O presente material didático foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), com base em pesquisas de pós-graduação já realizadas ou em andamento. Trata-se de uma introdução à antropologia da cidade, com ênfase na pesquisa etnográfica e na questão das práticas. São enfoques contemporâneos, com atenção a múltiplas apropriações do espaço público que ocorrem principalmente na cidade de São Paulo, no campo dos usos pedestres das ruas, da arte urbana, do lazer associado ao consumo, do ativismo político. Isso inclui a orientação de uma experiência tópica de observação de práticas espaciais e seus possíveis significados, que pode ser realizada, com as devidas mediações, em diversos contextos e cidades.

Pretende-se, portanto, contribuir para a divulgação da antropologia e da etnografia como forma de aprofundar o conhecimento sobre fenômenos urbanos. Almeja-se tanto compreender, de forma mais elaborada, certas práticas usuais do espaço da cidade, quanto dar relevo àquelas que têm ocorrido de forma mais recente e inédita nas ruas, cujos sinais e indícios demandam uma compreensão mais elaborada. O texto se destina, a princípio, a professores da rede pública e particular, a graduados de qualquer área, cientistas sociais, integrantes de ONGs e de associações comunitárias, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, artistas, assistentes sociais, agentes de instituições culturais. A bibliografia sugerida volta-se a noções básicas dos tópicos abordados, com a sugestão de leituras adicionais que permitem eventuais aprofundamentos.

Espera-se que cada volume desse material inspire olhares analíticos voltados a modos de vida na cidade e à decifração das vidas na rua, que constitui um espaço elementar de urbanidade.

O caminhar forma e informa a cidade

Bianca Barbosa Chizzolini

Neste volume serão discutidos processos de produção do espaço urbano por meio da análise de duas atividades realizadas no centro da cidade de São Paulo: a zeladoria urbana desenvolvida por um conjunto de associações civis no centro da cidade, as Ações Locais, e uma atividade de caminhada pelo centro histórico da cidade, a Caminhada Noturna. A análise comparada dessas duas atividades nos permitirá perceber como ambas colaboram ativamente na construção de espacialidades, circulação de pessoas, e, especialmente, na elaboração de uma agenda política sobre os usos esperados de uma região da cidade palco de disputas diversas.

1 Breve apresentação da pesquisa de mestrado e dos agentes etnografados

2 O tema do caminhar na pesquisa

3 O ato de caminhar, o corpo moderno e a marcha urbana

4 De que modo caminhar constrói o espaço urbano: o caso da praça Júlio de Mesquita

1 Breve apresentação da pesquisa de mestrado e dos agentes etnografados

Durante minha pesquisa de mestrado intitulada *Tecendo a rede: uma etnografia de moradores(as), comerciantes e proprietários no centro de São Paulo entre discursos e práticas de requalificação*¹ investiguei uma rede de agentes de estratos médios do centro de São Paulo envolvidos em atividades relacionadas à "requalificação urbana" da região. Tratei de explorar como essa rede de articulação comunitária é composta por alianças entre setores médios, parte de certos movimentos sociais, do poder público e de agentes policiais.

O recorte do campo foi delimitado pela orientação metodológica central do meu trabalho: a noção de rede. Estabeleci como método seguir os rastros das relações deixados por meus interlocutores(as) e os vetores das relações que estavam postos diante de mim. Iniciei a pesquisa acompanhando as edições semanais da Caminhada Noturna, em seguida passei a frequentar as reuniões (também semanais) das Ações Locais do entorno da R. Barão de Itapetininga, compareci a algumas atividades organizadas pela Associação Viva o Centro, e por fim, adicionei o acompanhamento das reuniões mensais do CONSEG-Centro às frentes de observação etnográfica.

Meu argumento é que a investigação desses(as) agentes, com seus feixes de relações e contatos, permite acessar os modos de encaminhamento de demandas, articulação entre a sociedade civil e o poder público e de que maneira esses estratos sociais também se envolvem no debate acerca dos destinos da cidade. Investigar, dessa maneira, a zeladoria urbana posta em prática por eles(as) evidencia relações cotidianas com a cidade, os valores e sentidos atribuídos a ela, bem como disputas relativas ao uso dos espaços públicos, enriquecendo assim uma visão etnográfica sobre o espaço urbano.

¹ A dissertação pode ser acessada pela Biblioteca de teses da USP nesse link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10042014-115740/pt-br.php>

“ Investigar, dessa maneira, a zeladoria urbana posta em prática por eles(as) evidencia relações cotidianas com a cidade, os valores e sentidos atribuídos a ela, bem como disputas relativas ao uso dos espaços públicos, enriquecendo assim uma visão etnográfica sobre o espaço urbano.

Antes de seguirmos, passo a uma breve apresentação das entidades e grupos estudados. A Associação Viva o Centro foi criada em 1991 com o objetivo de reunir proprietários de imóveis localizados na região central preocupados em reverter o processo de deterioração urbana pelo qual a região vinha passando, de acordo com seus participantes. Desde sua fundação a entidade busca estabelecer uma interlocução entre o poder público e seus membros (dentre eles importantes instituições financeiras), a fim de encaminhar suas reivindicações e propor políticas de revalorização da região (FRÚGOLI JR., 2000).

Em 1996, foram criadas as Ações Locais (AL), organizações formadas por pessoas físicas ou jurídicas que moram ou possuem propriedades na região central; cada AL corresponde a uma rua ou microrregião do Centro, que estava entre 2011 e 2013 dividido em 23 unidades ativas. As Ações Locais têm como objetivo articular a comunidade local com o poder público e com a AVC, estimular parcerias entre o poder público e privado, propor melhorias para a região relatando problemas de infraestrutura, como calçadas esburacadas, bueiros entupidos, guias com problemas de acessibilidade, que são depois repassados às subprefeituras (idem, ibidem).

Os CONSEGs, Conselhos Comunitários de Segurança, foram criados em 1985² e são entidades compostas por pessoas do mesmo bairro ou município (sejam elas moradoras, comerciantes, estudantes ou membros de associações da localidade), o Comandante da Polícia Militar da área e o Delegado de Polícia Titular do correspondente Distrito Policial. Na cidade de São Paulo existem 82 conselhos e outros 40 na sua região metropolitana. Os conselhos oficialmente se reúnem com o intuito de “discutir e analisar, planejar e acompanhar a

² O CONSEG foi criado por um Decreto Estadual n.º 23.455, em 10 de maio de 1985. Mais tarde foi regulamentado pela Resolução SSP-37, de 10 de maio de 1985. Os CONSEGS são homologados pela Secretaria de Segurança Pública e hoje estão presentes em 522 municípios (aqueles mais numerosos contam com mais de um CONSEG); em São Paulo capital são 84 Conselhos, e 40 na Região Metropolitana. Fonte: < <http://www.conseg.sp.gov.br/historia.aspx> >. Acessado em 22/09/2013.

³ Trecho retirado do site: <<http://www.conseg.sp.gov.br/OQueSao.aspx>>. Acesso em 24/12/2012.

solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais”³. As três entidades, cada uma à sua maneira, medeiam e articulam interesses dessa comunidade com o poder público.

Há muitas visões em disputa quando o tema é o centro da cidade. Os agentes que pesquisei não são os únicos a elaborar expectativas quanto aos destinos da região central, e uma série de movimentos populares ali presentes também integram o cenário de disputas da região. A presença dos movimentos de luta por moradia, movimento de moradores em situação de rua, movimento de catadores de materiais recicláveis, associações que reúnem moradores de estratos médios, transeuntes, consumidores, pessoas que ali trabalham... essa lista é extensa e revela a diversidade da composição não só habitacional da região central, como também política.

O auge das ocupações do movimento de moradia no Centro ocorre na década de 1990, momento, como lembrado anteriormente, de criação da AVC e das ALs. Essa década pode, desse modo, ser entendida como um momento importante de emergência de disputas simbólicas, econômicas e políticas sobre o uso e a composição do público que poderia ocupar com maior legitimidade a região central da cidade. Sobre esses movimentos de reivindicação de acesso à moradia e demais direitos há uma vasta bibliografia nas ciências sociais (AQUINO, 2009; BLIKSTAD E PATERNIANI, 2012; CAPUSSO, 2007; KOWARICK, 2007; PATERNIANI, 2012).

Minha pesquisa analisou, portanto, como a mobilização coletiva de participantes das ALs, CONSEG-Centro e da Caminhada Noturna gera respostas em rede sobre políticas públicas e ações práticas, que resultam em mudanças concretas no uso dos espaços da região central da cidade. Tal mobilização tem como objetivo lidar com temas considerados problemáticos por eles, tais como: insegurança urbana,

uso de drogas nas ruas, comércio ambulante, uso de praças e monumentos como moradia por pessoas em situação de rua, falta de cuidado do poder público com fontes e praças e presença de lixo nas ruas.

Cada uma dessas ações é antecedida por debates entre integrantes da comunidade e funcionários do poder público (seja em espaços institucionais ou não) e seguida pela busca de alianças, ou mobilização das alianças que já existem para a resolução do que é tido como um problema.

Esses temas, contudo, apresentam avaliações controversas no interior desses grupos que, em vez de nos remeterem a polaridades fáceis e espontâneas (tais como: desfavoráveis vs. favoráveis à revitalização da região, alinhada à polaridade movimentos populares vs. movimentos de classe média e alta), indicam, por sua vez, divergências de opiniões no interior da própria rede etnografada e experiências qualitativamente diversas sobre o urbano.

“Essa década pode, desse modo, ser entendida como um momento importante de emergência de disputas simbólicas, econômicas e políticas sobre o uso e a composição do público que poderia ocupar com maior legitimidade a região central da cidade. Sobre esses movimentos de reivindicação de acesso à moradia e demais direitos há uma vasta bibliografia nas ciências sociais.

2 O caminhar na pesquisa

Partindo das escadarias do Teatro Municipal todas as quintas-feiras às 20h, a Caminhada Noturna percorre as ruas da região central da cidade em passeios temáticos gratuitos com, aproximadamente, duas horas de duração. Por vezes os passeios contam com a presença de convidados especiais, como historiadores, vereadores, professores e pessoas que de alguma maneira estejam relacionadas à história do lugar e do tema apresentado na semana. A Caminhada Noturna foi criada em setembro de 2005 por três integrantes de ALs da região central.

O Jornal Centro em Foco, cujo editor é um grande amigo de Carlos, um dos fundadores, destaca na edição de março-abril de 2006 que:

“O principal objetivo dessa iniciativa da Ação Local é demonstrar às autoridades municipais que moradores, trabalhadores e comerciantes da região central querem a recuperação completa do Centro, não apenas porque vivem e/ou tiram o seu sustento de alguma atividade desenvolvida na área, mas principalmente porque a amam, respeitam, e desejam vê-la totalmente ocupada por cidadãos que cumpram com os seus deveres e saibam exigir os seus direitos. (JORNAL CENTRO EM FOCO, 2006, p.03).

Três anos depois, Carlos afirma em entrevista ao mesmo jornal que a atividade havia sido criada para “demonstrar à população da cidade que é, sim, possível caminhar pelo Centro à noite, e que a região tem uma população vigilante, que a ama e a respeita” (JORNAL CENTRO EM FOCO, 2009, p.04.). Outro objetivo destacado correntemente é o de fazer o paulistano conhecer a própria cidade e, para isso, a atividade conta com a presença de um guia de turismo que ao longo do trajeto destaca episódios históricos

associados aos lugares visitados e detalhes arquitetônicos dos monumentos observados. Demais colaboradores(as) habitués da Caminhada, sejam historiadores(as), arquitetos(as) e guias de turismo, também interagem ao longo da atividade adicionando informações que consideram relevantes.

Cidadania, amor à cidade e ao Centro, conhecimento de sua história, e ocupação do espaço público em horários associados ao perigo compõem, portanto, o conjunto de elementos mobilizados nas falas dos organizadores e frequentadores(as) da Caminhada Noturna. A recorrência desses elementos se relaciona com o modo como veem a região e aspiram projetos e ações para a mesma. Acompanhei vinte e uma edições da Caminhada, todas elas com temas diferentes que ora se relacionavam a assuntos abrangentes, como saúde, impostos, energia e meio ambiente, ora à temática da cidade e seu patrimônio.

Durante as caminhadas eram acionados modelos de urbanidade pretendidos por esses(as) agentes, tais como desejo de uma cidade mais arborizada, com permeabilização do solo, rios destampados, e, como será discutido, resgate da ocupação e uso das praças públicas como espaços de lazer e sociabilidade urbana.

As tensões que porventura surgem ao longo do passeio também revelam conflitos de ordens variadas: falam sobre as condições de moradores em situação de rua, desigualdade social, medos, incômodos e insegurança. Destaco ainda outro tema de grande importância para o contexto da pesquisa: a trajetória de modificações pelas quais a região foi exposta, passando gradativamente (no plano do discurso) de uma região degradada a uma região recuperada; nessa história o papel da Associação Viva o Centro é constantemente destacado como de suma importância.

3 O ato de caminhar, o corpo moderno e a marcha urbana

Proponho a seguir um diálogo entre o contexto etnográfico em minha pesquisa e reflexões propostas por David Le Breton em *Caminhar: un elogio. Un ensayo sobre el placer de caminar*, um texto de tom ensaístico e bastante poético que apresenta camadas subjetivas da nossa relação com a cidade.

Caminhar é, segundo o autor, uma atividade antropológica na medida em que estimula permanentemente a curiosidade e o interesse humano por compreender seu lugar no mundo e das relações em se que está imerso. Le Breton lista uma série de atributos sensíveis do ato humano de caminhar: representa uma abertura ao mundo; uma atividade capaz de restabelecer “a feliz sensação da existência”; uma forma ativa de meditação que desperta todos os sentidos, permite o esparecimento, e o reencontro consigo mesmo. Caminhar permite viver com o corpo e não apenas com o olhar; como em uma viagem de trem, é um método tranquilo para redescobrir a duração e o espaço.

Caminhar representa também um tipo de resistência à modernidade pois evoca uma maneira lenta de se deslocar, quase um anacronismo quando se vive num tempo onde reinam pressa e velocidade. A caminhada, à revelia da modernidade apressada, goza o tempo e os lugares. Ela também revela a memória da cidade e das relações que nela existem e existiram.

Essa resistência, para o autor, apresenta mais uma faceta. Ao falarmos de cidade, estamos falando de um corpo moderno, um corpo sentado, imóvel ou apoiado em inúmeras próteses. O corpo moderno solicita pouco de seus recursos motores, como correr, caminhar ou nadar no transcurso da vida diária, no trabalho e nos deslocamentos. O corpo solicitado a mover-se se choca com o corpo moderno.

“ Caminhar representa também um tipo de resistência à modernidade pois evoca uma maneira lenta de se deslocar, quase um anacronismo quando se vive num tempo onde reinam pressa e velocidade. A caminhada, à revelia da modernidade apressada, goza o tempo e os lugares.

O autor reflete sobre uma série de tipos de caminhada, como passeios, caminhadas religiosas e a urbana, tema este que interessa especialmente à nossa discussão.

Andar pela cidade, para o autor, é, antes de tudo, uma experiência corporal que envolve uma trama sensorial composta por temperaturas que variam ao longo do ano, objetos encontrados pelo caminho, odores agradáveis e outros que provocam asco, e uma ampla gama de visualidades. A cidade se cria a partir do andar de seus habitantes ou viajantes.

A contrário da marcha contemplativa, a urbana é apressada, pouco interessada aos detalhes e ao olhar ocioso e esbanjador de tempo. Cada habitante da cidade tem seus caminhos preferidos percorridos durante suas atividades. Esses caminhos podem ser sempre iguais ou variar segundo seu ânimo, o clima, sua intenção de apressar ou passear, as compras que tem que fazer no trajeto e outras tantas intenções.

A caminhada urbana inclui lugares evitados ou temerosos; é, portanto, uma experiência de tensão e atenção.

Essas reflexões de Le Breton sugerem um diálogo estreito com diversas situações e sentidos etnografados ao longo das Caminhadas Noturnas, e me permitiu revisita-las anos após o término da pesquisa com um outro frescor.

A Caminhada Noturna se apresenta como um convite a descobrir lugares desconhecidos do público urbano, caminha-se para recontar a memória esquecida de alguns lugares da cidade.

Em nenhuma edição se caminha de modo errante, ao contrário, toda caminhada tem um roteiro preestabelecido e anunciado publicamente no mês anterior. Caminha-se de modo guiado, contudo, sem pressa, contemplando o espaço, observando as relações, sem o compromisso imediato com a funcionalidade ou a produtividade da ação; é um tipo de resistência à marcha

urbana cotidiana das paisagens do centro da cidade que ela percorre.

A Caminhada é um convite ao ócio do olhar e ao olhar interessado sobre o espaço, a memória, e a formação de agenda da cidade; caminhar é, para essa rede etnografada, um modo de sensibilizar os frequentadores para os temas da memória da cidade, preservação de monumentos e tipos de uso esperados do espaço urbano.

O período noturno de sua realização parece ser mais um ponto que a aproxima da análise de Le Breton, uma vez que a Caminhada Noturna busca, segundo seus organizadores, superar o estigma de perigo, temor e vazio urbano associado a certas regiões da cidade no período noturno. Parece ser uma anti-marcha urbana dedicada à urbanidade. As Caminhadas Noturnas permitiam a afirmação do grupo e formação de uma agenda urbana almejada por seus organizadores(as) e frequentadores(as).

“A Caminhada Noturna é um convite ao ócio do olhar e ao olhar interessado sobre o espaço, a memória, e a formação de agenda da cidade; caminhar é, para essa rede etnografada, um modo de sensibilizar os frequentadores para os temas da memória da cidade, preservação de monumentos e tipos de uso esperados do espaço urbano.

4 De que modo caminhar constrói o espaço urbano: o caso da praça Júlio de Mesquita

Ao longo da pesquisa, acompanhei ao menos quatro edições da Caminhada Noturna que tematizaram o não funcionamento de inúmeras fontes de água na região central. Nessas ocasiões a caminhada passava pela Praça Júlio de Mesquita, e o valor arquitetônico da fonte, o passado glamoroso da região e a vontade de rever aquele espaço para outras utilizações eram destacados. Falava-se, portanto, de usos considerados inapropriados do espaço e preservação de patrimônio.

Localizada entre a R. Vitória, Al. Barão de Limeira e Av. São João, a praça foi construída em 1911 com o nome Pça. da Vitória, como resultado do alargamento da Av. São João. Em 1927 foi inaugurada a Fonte Monumental e passou a se chamar Pça. Júlio de Mesquita. A Fonte Monumental, informalmente chamada de Fonte das Lagostas, ficou conhecida pelas lagostas em bronze que a adornavam e o mármore carrara com o qual foi esculpida, elementos que aludem ao requinte da obra de Nicolina Vaz de Assis Pinto do Couto (Campinas, 1874 - Rio de Janeiro, 1941), uma das primeiras escultoras brasileiras a ter suas obras expostas em espaços públicos. Esses componentes decorativos são até hoje lembrados nas falas dos guias da Caminhada Noturna e nas reportagens de jornal⁴ como elementos estéticos que remetem ao luxo da região na década de 1920.

Durante o período em que acompanhei as Caminhadas Noturnas, as reuniões das Ações Locais e reuniões mensais do CONSEG-Centro, a Pça. Júlio de Mesquita foi mencionada inúmeras vezes como um importante tópico de preocupação dos(as) participantes, e tal inquietação geralmente era formulada nas chaves da preservação de um patrimônio histórico relevante para a cidade, descaso do poder público com o local, uso indevido da fonte como moradia e

⁴ Refiro-me a reportagem do jornal O Estado de São Paulo, ver Deodoro, 2012.

“banheiro” por parte de moradores em situação de rua e usuários de crack, barulho produzido pelos ocupantes da praça de madrugada, bem como o descarte de lixo na fonte e a sensação de insegurança que a presença de dezenas de usuários de droga em torno da fonte provocava em moradores e transeuntes da região.

O organizador da atividade deixava claro que o intuito daquelas visitas à fonte era pressionar o poder público para restaurá-la. Em agosto de 2012, anunciou com satisfação que as obras da Fonte Monumental já haviam começado, uma conquista do grupo. Durante oito meses, ao menos, a fonte permaneceu cercada por tapumes que escondiam a reforma e isso resultou, por algumas semanas, no afastamento dos usuários de crack do entorno da obra. Em março de 2013, o jornal Folha de São Paulo relatou que o DPH (Departamento do Patrimônio Histórico), dando continuidade à restauração, decidira instalar réplicas em resina plástica das lagostas ao invés de bronze e cercar o monumento com paredes de vidro para evitar possíveis depredações, para descontentamento de muitos envolvidos na mobilização de restauração da fonte e reativação da praça como espaço e encontro e lazer.

Esse conjunto de dados, menos que uma feliz coincidência, revela uma resposta em rede da articulação desses agentes nos espaços institucionais e não institucionais que ocupam durante os últimos anos (CONSEG-Centro e Caminhada Noturna) e que apresentam proximidade com agentes do poder público capazes de encaminhar suas demandas.

Essa série em cadeia de eventos associados à restauração da praça, em especial as reclamações endereçadas ao poder público nas reuniões do CONSEG-Centro, as reportagens de jornal destacando a precariedade da praça e vulnerabilidade de seus ocupantes, bem como os roteiros das Caminhadas Noturnas (que incluíam a Fonte Monumental) revelam a percepção compartilhada entre parcela dos moradores, transeuntes da região e poder

público acerca das condições da praça e aquilo que consideram “problemas”, especialmente sua ocupação por moradores de rua e usuários de drogas e os desgastes estruturais daí resultantes no monumento.

A caminhada em grupo representava a construção de uma experiência coletiva (e por vezes seletiva) de cidade, de usos esperados para certos equipamentos públicos, de expectativas de resolução do problema imediato de preservação do patrimônio, de anseio por uma cidade menos poluída, informada sobre alguns de seus personagens e espaços históricos, mas não necessariamente de resolução das questões sociais que levavam aos problemas mais sensíveis apontados pelo grupo, muitas vezes entendidos como questões complexas e de difícil resolução.

As caminhadas observadas ao longo da pesquisa construíam um repertório comum de cidade desejada e idealizada, de memórias sobre o espaço, e muito concretamente, da construção de uma agenda política sobre alguns espaços na região central da cidade.

“Esse conjunto de dados, menos que uma feliz coincidência, revela uma resposta em rede da articulação desses agentes nos espaços institucionais e não institucionais que ocupam durante os últimos anos (CONSEG-Centro e Caminhada Noturna) e que apresentam proximidade com agentes do poder público capazes de encaminhar suas demandas.

Referências & Sugestões de Leitura

AQUINO, Carlos R. F. de. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Dissertação de mestrado. São Paulo, USP. 2009.

BLIKSTAD, Karin Deleuse; PATERNIANI, Stella Zagatto. Expressões do direito à cidade na luta por moradia em São Paulo. In: XI Encontro Nacional de História Oral, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Nacional de História Oral, 2012.

CAPUSSO, Marina A. Mudanças no centro de São Paulo: o papel do Fórum Centro Vivo. Bolsa PIBIC/ USP/ CNPq, ago./2007- dez./2008.

DEODORO, Juliana. "Praça Julio Mesquita terá fonte restaurada". O Estado de São Paulo, São Paulo, 11/08/12. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,praca-julio-mesquita-tera-fonte-restaurada-,914827,0.htm>. Acesso em: 25/07/2013.

FRÚGOLI JR., Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. 1ª. ed. São Paulo, Cortez/Edusp/Fapesp, 2000.

JORNAL CENTRO EM FOCO. Caminhada Noturna pela recuperação do Centro continua. São Paulo, março/abril de 2006, p. 03. Disponível em: http://www.caminhadanoturna.com.br/pdf/centro%20em%20foco%20pag03_Mar-Abr_06.pdf, Acesso em 22/04/2013.

_____. Caminhada Noturna pelo Centro homenageia Monteiro Lobato. São Paulo, outubro/novembro de 2009, p. 04. Disponível em: http://www.jornalcentroemfoco.com.br/materias_caminhada/materias_caminhada1.html. Acesso em: 22/04/2013.

KARA-JOSÉ, Beatriz. A popularização do Centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos, Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAU, USP: São Paulo, 2010.

KOWARICK, Lucio. "Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas". Lua Nova, São Paulo, n° 70, 2007.

LE BRETON, D. Caminar: un elogio. Un ensayo sobre el placer de caminar. Ciudad de México: La Cifra Editorial, 2011.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Transitoriedade e permanência: histórias e desenrolares envolvendo a ocupação Mauá, no centro de São Paulo. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil. Disponível em:<http://www.ifch.unicamp.br/nepac/sites/default/files/publicacao/2012artigopaternianistella_zagatto.pdf>. Acesso em 24/12/2012.

_____. Como se constrói uma coletividade? Notas sobre memória e espaço no movimento de moradia de São Paulo. In: III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012, São Carlos. III Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2012.

Sobre a autora deste volume

Bianca Barbosa Chizzolini
biachizzolini@gmail.com

Possui graduação em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (2009), graduação em intercâmbio universitário pela Universidade de Paris X Nanterre (2010), mestrado no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2013). Foi colaboradora por muitos anos do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC), atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia urbana, conflitos espaciais, estratos médios, centro de São Paulo e requalificação. Atualmente é doutoranda do mesmo programa com uma pesquisa voltada a cultura material, e integrante do grupo de pesquisa ASA (Artes, Saberes e Antropologia). Desde 2010 desenvolve consultorias de pesquisa antropológica aplicada ao mercado.
Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3640342692464962>

ANTROPOLOGIA DA CIDADE MODOS DE FAZER

Usos da rua
a partir de uma
perspectiva
etnográfica:
questões iniciais

VOLUME 2

VOLUME 2

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

ORG.

Bianca Barbosa Chizzolini

Flavia de Faria Moreira da Silva

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Maurício Fernandes de Alcântara

Usos da rua a partir de uma perspectiva etnográfica: questões iniciais

Gabriela Leal

Chizzolini, Bianca; Silva, Flávia de Faria Moreira da; Leal, Gabriela; Alcântara,
Maurício (orgs.).

Antropologia da Cidade – Modos de Fazer, vol. 2, 26 p.
São Paulo: GEAC-USP: 2019

Material didático

● Antropologia da cidade: modos de fazer ●

Heitor Frúgoli Jr.

O presente material didático foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), com base em pesquisas de pós-graduação já realizadas ou em andamento. Trata-se de uma introdução à antropologia da cidade, com ênfase na pesquisa etnográfica e na questão das práticas. São enfoques contemporâneos, com atenção a múltiplas apropriações do espaço público que ocorrem principalmente na cidade de São Paulo, no campo dos usos pedestres das ruas, da arte urbana, do lazer associado ao consumo, do ativismo político. Isso inclui a orientação de uma experiência típica de observação de práticas espaciais e seus possíveis significados, que pode ser realizada, com as devidas mediações, em diversos contextos e cidades.

Pretende-se, portanto, contribuir para a divulgação da antropologia e da etnografia como forma de aprofundar o conhecimento sobre fenômenos urbanos. Almeja-se tanto compreender, de forma mais elaborada, certas práticas usuais do espaço da cidade, quanto dar relevo àquelas que têm ocorrido de forma mais recente e inédita nas ruas, cujos sinais e indícios demandam uma compreensão mais elaborada. O texto se destina, a princípio, a professores da rede pública e particular, a graduados de qualquer área, cientistas sociais, integrantes de ONGs e de associações comunitárias, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, artistas, assistentes sociais, agentes de instituições culturais. A bibliografia sugerida volta-se a noções básicas dos tópicos abordados, com a sugestão de leituras adicionais que permitem eventuais aprofundamentos.

Espera-se que cada volume desse material inspire olhares analíticos voltados a modos de vida na cidade e à decifração das vidas na rua, que constitui um espaço elementar de urbanidade.

Usos da rua a partir de uma perspectiva etnográfica: questões iniciais

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Uma breve introdução

Neste volume são apresentadas questões iniciais acerca da noção de usos da rua. Para isso, são mobilizadas duas etnografias – Quando a rua vira casa (Vogel, Mello & Mollica, 2017) e Cidade: modos de ler, usar e se apropriar – Uma etnografia das práticas de graffiti de São Paulo (Leal, 2018) – que, a partir de contextos e épocas distintas, oferecem discussões que permitem introduzir a ideia a partir da perspectiva das práticas cotidianas.

CAMINHOS NÃO HÁ MAS OS PÉS NA GRAMA OS INVENTARÃO

Ferreira Gullar

Parte 1

Quando a rua vira casa:
introdução à noção
de usos da rua

A obra *Quando a rua vira casa*, de Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello, oferece elaborações instigantes para compreender a ideia de usos em um contexto específico, a rua. O livro está baseado em pesquisa etnográfica realizada ao final dos anos 1970, período em que a cidade do Rio de Janeiro era revolvida por uma série de intervenções urbanísticas radicais. O estudo foi realizado em uma das áreas mais afetadas por este processo, mas que ao mesmo tempo não havia sido de todo transformada: o bairro do Catumbi. A partir de uma observação sistemática e detida do cotidiano do bairro, os pesquisadores descrevem e refletem sobre os impactos de ações urbanísticas que geralmente são planejadas de maneira apartada do cotidiano dos espaços que as receberão e que pouco se preocupam com os efeitos na vida local. O pioneirismo das ponderações e a criatividade da narrativa, que conta com desenhos e fotografias que adicionam outra profundidade às reflexões, denotam a importância da obra para a antropologia urbana, em particular, e para os estudos urbanos em geral.

A entrada no campo – jargão da etnografia utilizado para indicar a maneira como a pesquisa de campo teve início – se deu através de três ruas do bairro. A etnografia destas ruas, para além de inventariar o ambiente físico, procurou identificar comportamentos, representações e as atividades que tinham lugar em suas porções. Além disso, para fins comparativos, os pesquisadores elegeram como caso controle a “Selva de Pedra”, conjunto de torres residenciais onde o plano de renovação havia sido plenamente realizado e que oferecia, por contraste, elementos instigantes para pensar as dinâmicas observadas no Catumbi.

Esta maneira de se aproximar do bairro permitiu à equipe de pesquisadores perceber que ele não apenas sofria uma transitoriedade física, como também uma transitoriedade moral: as renovações urbanas, ao mesmo tempo que destruíam o espaço físico, construíam símbolos da tragédia vivida coletivamente pelos moradores. Para compreender este processo, eles passaram a observar o bairro não mais a partir das demolições, quer dizer, a partir do que lhe faltava, mas a partir do que lhe constituía, especialmente as

relações entre os moradores e as atividades que tinham lugar na rua, ou seja, os usos da rua. Isto permitiu aos pesquisadores mostrar que, no plano cotidiano, as pessoas criam lógicas particulares que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores. Além disso, eles também puderam evidenciar que as relações e usos dos espaços integram o social: são significados e classificados a partir de certas categorias, valores e usos.

A partir desta perspectiva – dos usos da rua – eles tensionam, então, uma oposição clássica da antropologia urbana brasileira, fazendo menção direta à distinção proposta por Roberto Da Matta (1997): a Casa e a Rua. Segundo a oposição de Da Matta, a rua, como oposto à casa, estaria identificada com o público, visível e masculino; enquanto a casa, ao privado, informal, invisível e ao feminino. No entanto, a partir das dinâmicas observadas no Catumbi, os pesquisadores mostram que esta oposição é apenas um dos muitos eixos possíveis de compreensão do social, isto é, os seus elementos são combinados e significados contextualmente e podem variar situacionalmente.

O caso das calçadas seria um exemplo paradigmático a este respeito e que permite evidenciar o caráter dinâmico das classificações. Apesar das calçadas fazerem parte das casas, em termos jurídicos, os seus usos dizem mais respeito ao que, segundo aquela oposição estanque, estaria ligado ao que é rua. O inverso também pode ocorrer, como eles mostram no caso da chácara que existe ao final da Rua Emília Guimarães, onde a rua somente pode ser utilizada pelos moradores da chácara, isto é, há um uso restrito, característica do que, segundo aquela oposição, estaria relegado ao espaço da casa. Portanto, como colocam os pesquisadores: “as calçadas pertencem às casas, o que não significa que sejam parte dessas como propriedade. Seu caráter público contrasta, por vezes, com as formas pelas quais são circunstancialmente utilizadas” (Vogel, Mello & Mollica, 2017).

“ Cotidianamente, vimos os moradores da rua tecerem suas tramas. Observamos como criam e recriam suas identidades por meio do domínio e da manipulação do código articulador dos diversos conjuntos que compõem sistemas classificatórios.

(Vogel, Mello & Mollica, 2017)

Parte 2

Práticas de graffiti:

**aprofundando o
entendimento a partir de
outro contexto**

“Graffiti é existência”, disse certa vez um interlocutor. Era 2016, eu estava no início da etnografia que realizava em São Paulo, naquele momento percebi a importância do enunciado, mas não apreendi de imediato a complexidade de seu sentido. O significado da existência de que ele falava foi somente entendido no segundo campo (Strathern, 2014), quer dizer, na escrita, quando estabeleci novos diálogos com o que eu registrara. Naquele momento pude compreender que, da perspectiva daqueles que pintam na rua, fazer graffiti refere-se a toda uma outra coisa que está além dos muros: há uma subjetividade investida na ação de maneira que é através deste fazer que eles também se constituem. Portanto, sob este ponto de vista, fazer graffiti remete a um conjunto de práticas e estéticas que possibilitam aos sujeitos reinventar a si mesmos e as maneiras de se relacionar com o mundo.

As descrições e reflexões apresentadas a seguir derivam de pesquisa etnográfica que realizei em São Paulo nos anos de 2016 e 2017 (Leal, 2018), período em que acompanhei sujeitos que começaram a fazer graffiti entre os anos 1980 e o início dos anos 2000, com o objetivo de descrever e analisar os usos da rua. A etnografia concentrou-se majoritariamente em práticas de graffiti masculinas, o que implica dizer que os artigos, pronomes e adjetivos masculinos não são aqui empregados no sentido “universalizante” da ciência, mas são corporificados. Além disso, de modo geral, os interlocutores possuíam outra característica em comum: cresceram, moram ou moraram durante grande parte de suas vidas em bairros periféricos da cidade, sem, no entanto, limitarem suas práticas de pintura a tais territórios; longe disso, desde a iniciação nas práticas de graffiti, circulam intensa e extensamente pelo espaço urbano paulistano. Afim de acompanhar variadas situações de pintura, o trabalho de campo colocou-se em movimento, desenhando uma etnografia multi-sited (Marcus, 1995), isto é, dada a especificidade do objeto, que não era passível de ser apreendido a partir de um único local de investigação, ela assumiu um caráter móvel, relacionado e com trajetórias inesperadas.

“ Tomei os sujeitos que fazem graffiti como ponto de partida, enquanto cidadãos, para segui-los em seus deslocamentos e acompanhar as suas interações em situações e contextos específicos.

Os rolês e os usos da rua

Ao longo da etnografia, acompanhei diferentes processos de pintura na rua, os rolês. Este termo, mais do que somente uma gíria, se revelou como uma categoria de percurso que pode assumir diferentes características a depender do tipo de pintura a ser realizada. Cada rolê possui lógicas, moralidades, processos de pintura e valores que ora são comuns, ora são particulares. No contexto da discussão deste volume, me deterei em um deles, o rolê de pintura de mural, a fim de estabelecer um diálogo com as reflexões anteriores.

Os rolês de pintura de mural têm como destino um espaço disponível, isto é, superfícies que não estejam ocupadas por outras inscrições. Dada a duração deste processo de pintura, que chega a demandar 10 horas ou mais, estes espaços são previamente autorizados com os proprietários ou responsáveis pelo estabelecimento. Além disso, trata-se de um rolê que exige planejamento, o que pode incluir a combinação antecipada da hora, local, dia, percurso e a divisão das responsabilidades em relação aos materiais de apoio que serão utilizados (como escadas, baldes, tinta látex etc.), sendo que os sprays são de responsabilidade individual. Essas pinturas são realizadas coletivamente e as dinâmicas estabelecidas entre os envolvidos, do arranjo até a divulgação da pintura, assumem diferentes configurações a depender do caráter das interações e vínculos estabelecidos entre eles. Alguns grupos se identificam como *crews*, termo empregado para designar coletividades que pintam conjuntamente e adotam nomes que denotam afinidades e identidades comuns.

Os espaços disponíveis, selecionados para a pintura, são mapeados em diferentes momentos de circulação. No processo de seleção prioriza-se sobretudo superfícies localizadas em regiões de maior tranquilidade, onde seja possível trabalhar durante muitas horas e exista uma maior liberdade para movimentação e disposição dos materiais pelo asfalto e calçadas. Busca-se

um muro que permita a colaboração entre vários sujeitos, ou seja, o tamanho da superfície também é importante no processo de escolha. De uma maneira geral, conforme acompanhei ao longo da etnografia, estas pinturas ocorrem com maior frequência na quebrada de algum dos envolvidos, o qual é conhecedor do território e possui uma rede de sociabilidade que é acionada no processo de negociação dos muros. A expressão quebrada, para além de se referir a determinado bairro ou região da cidade, evoca a representação que os sujeitos que fazem graffiti elaboram acerca dos espaços de periferia, pois morar na periferia é também compartilhar certos valores. Neste contexto, a ideia de periferia, e por consequência de quebrada, não deve ser tomada a partir de uma localidade fixa. Trata-se sobretudo de uma noção relacional e dotada de mobilidade que nomeia processos de exclusão, desigualdades e identidade que não são exclusivos de determinadas coordenadas geográficas da cidade.

Os rolês de pintura de mural configuram, portanto, uma maneira de usar a cidade, cujas dinâmicas e interações dizem respeito tanto à pintura em si, quanto ao espaço da cidade em que ela será realizada. Avancemos esta perspectiva a partir de uma situação específica relacionada a este rolê: a renovação dos muros.

* * *

Renovando o muro: usar e se apropriar

A expressão “renovar o muro” remete a rolês de pintura de mural que possuem uma característica particular: trata-se da feitura de um novo mural no lugar de um anteriormente feito pela totalidade ou por parte dos sujeitos envolvidos. Nestas situações a etapa da autorização do espaço já foi superada e geralmente avisa-se o proprietário que um novo mural será pintado no lugar no próprio dia da pintura, o qual, por sua vez, costuma concordar sem criar empecilhos. As renovações geralmente são feitas por grupos – sobretudo aqueles que se identificam como crews – e, nestas ocasiões, em geral, os mesmos sujeitos que pintaram o mural anterior se envolvem novamente com a pintura do novo mural, podendo haver uma ou outra mudança de acordo com a disponibilidade deles. Neste contexto é comum ouvir a expressão “nosso muro” ou “vamos renovar um muro nosso”. Aqui, o pronome possessivo que não deve ser interpretado a partir da chave de entendimento da determinação de uma propriedade, existe outra lógica em operação. A expressão deve ser compreendida a partir da dimensão das práticas de graffiti que está para além do muro, a qual compreende mediações e interações com outros sujeitos que pintam na rua, ou seja, é do ponto de vista de um conjunto de éticas e moralidades que estruturam e organizam a relação entre os sujeitos que pintam na rua – o sistema – que o muro “passa a ser deles”. No entanto, a condição de “muro nosso” é instável, pois a qualquer momento o proprietário pode decidir cobrir o mural, o que cria um outro estado das coisas e zera o jogo, isto é, o muro deixa de ser deles e torna-se novamente um espaço disponível.

Essa dinâmica e relação estabelecida com os muros, sobretudo nas situações de renovação de mural, recorrentes ao longo do meu campo, me levaram a refletir sobre duas questões principais: a distinção entre uso e apropriação; e a distinção entre propriedade pública e privada. Do ponto de vista da interação com os proprietários das superfícies que abrigam os murais, existe um uso que é negociado e temporário, mas que pode perdurar no tempo



Do ponto de vista da interação com os proprietários das superfícies que abrigam os murais, existe um uso que é negociado e temporário, mas que pode perdurar no tempo através das renovações, que não atualizam apenas o mural, mas também os acordos e os significados daquela superfície. Por outro lado, do ponto de vista do sistema, há uma apropriação, o muro se torna deles, posse temporária e simbólica regulada por ações que estabelecem um próprio passível de ser reconhecido pelos iniciados.

através das renovações, que não atualizam apenas o mural, mas também os acordos e os significados daquela superfície. Por outro lado, do ponto de vista do sistema, há uma apropriação, o muro se torna deles, posse temporária e simbólica regulada por ações que estabelecem um próprio passível de ser reconhecido pelos iniciados. Assim, neste contexto, o termo apropriação é empregado no sentido de assenhorar-se do espaço, ou seja, “particulariza-lo não só pela ‘especialização’ que lhe passa a ser atribuída em termos de uso, mas também pela consequente vinculação a pessoas” (Vogel, Mello & Mollica, 2017), tal como sugerido em Quando a rua vira casa. Portanto, apesar de não haver uma permanência física dos sujeitos no entorno do muro após o término da pintura, há uma permanência simbólica que é reconhecida por aqueles capazes de identificá-las.

Este olhar mais detido sobre o muro, nos leva a uma outra reflexão: relativa à oposição entre público e privado, que parece ser outro aspecto interessante para pensar como as práticas do graffiti desativam, ao mesmo tempo em que recriam fronteiras, significados e representações nos espaços da cidade, através do uso que fazem deles. Discussão que se aproxima também do livro Quando a rua vira casa. Através dos procedimentos que se dão, sobretudo, nas negociações e renovações de muros, fica evidente que noções dicotômicas como as de público e privado são limitantes e não dão conta de apreender as dinâmicas que estão colocadas nestas interações. Do ponto de vista das práticas elas se tornam flutuantes e são re combinadas de acordo com os usos, apropriações e circunstâncias, o que, por seu turno, nos dá acesso a uma visão processual do espaço que compreende uma diversidade de usos que coexistem e a todo tempo deslocam o seu significado. As fronteiras definem-se contextualmente e a sobreposição dos desejos, objetivos e vontades implica uma negociação permanente entre os usuários dos espaços. Do mesmo modo que as calçadas de Quando a rua vira casa, os muros pertencem às casas; no entanto, o caráter público dos usos que deles são

contrastam com o fato de integrarem a casa enquanto propriedade, ou seja, terem a priori um uso exclusivo dos donos. Se, de um lado, o muro tem a função de traçar uma fronteira física entre o público e o privado, por outro, seus usos deslocam as características que acentua.

As atividades que acontecem nos espaços da cidade parecem, pois, revelar muito mais sobre as suas superfícies do que as classificações estanques e binárias são capazes de definir. Isto não quer dizer que estas concepções sejam ilusórias e que não sejam condicionantes da nossa relação com a realidade; o que reitero é que, do ponto de vista etnográfico, há uma impossibilidade de reificá-las visto que não dão conta de explicar o que se observa, uma vez que, na dimensão prática e cotidiana da vida social, tais categorias são definidas contextualmente e variam de acordo com os nós de circunstâncias. Conforme pude observar, as maneiras de fazer das práticas de graffiti estão a todo tempo a desativar tais paradigmas, mesmo que temporariamente, o que permite a possibilidade do uso das superfícies e muros de acordo com os seus interesses.

“Do mesmo modo que as calçadas de *Quando a rua vira*, os muros pertencem às casas; no entanto, o caráter público dos usos que deles são feitos contrastam com o fato de integrarem a casa enquanto propriedade, ou seja, terem a priori um uso exclusivo dos donos. Se, de um lado, o muro tem a função de traçar uma fronteira física entre o público e o privado, por outro, seus usos deslocam as características que acentua.

Referências & Sugestões de Leitura

ADERALDO, G. Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas "periferias" de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2017.

AGIER, M. Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

AGIER, M. Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação. São Paulo: Ed. Unesp; Alagoas: Edufal, 2015.

ARANTES, A. "A Guerra dos Lugares: Fronteiras Simbólicas e Liminalidade no Espaço Urbano de São Paulo". In: FORTUNA, C (org.). Cidades, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.

DAMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. & ADERLDO, G. (Org.). Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em antropologia da cidade. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

KOWARICK, L. & FRÚGOLI JR., H. Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos. São Paulo: Ed. 34; FAPESP, 2016.

LEAL, Gabriela Pereira de Oliveira. Cidade: modos de ler, usar e se apropriar – Uma etnografia das práticas de graffiti de São Paulo. 2018. 229 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

LEAL, G. "Graffiti para além dos muros: Usos da rua e práticas de enfrentamento da cidade". Enfoques, v. 16, n. 1, p. 32-44, 2017, <https://revistas.ufrj.br/index.php/enfoques/article/view/17116/10775>

MACHADO, G. M. C. De "carrinho" pela cidade: A prática de street skate em São Paulo. 2011. 268 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, 1995, p. 95-117.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2003.

PEREIRA, A. B. *Um rolê pela cidade de riscos: leituras da piXação em São Paulo*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VOGEL, A., MELLO, M. & MOLLICA, O. *Quando a rua vira casa: a apropriação dos espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Niterói: Eduff, 2017, 4ª ed.

WHYTE, W. F. *Sociedade de Esquina = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WRIGHT, S. *Para um léxico dos usos*. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

Sobre a autora deste volume

Gabriela Pereira de Oliveria Leal

gabs.leal@gmail.com

@gabs_leal

Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS-USP), com dissertação intitulada "Cidade: modos de ler, usar e se apropriar - Uma etnografia das práticas de graffiti de São Paulo", pesquisa orientada pelo Prof. Dr. Heitor Frúgoli Jr. e realizada com bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Possui bacharelado em Ciências Sociais (FFLCH-USP) e pós-graduação lato sensu em Teorias e Práticas da Comunicação (Fundação Cásper Líbero). É colaboradora do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP) e pesquisadora do projeto Trans_Urb_Arts, coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Campos (NOVA Lisboa). Desenvolve atividades relacionadas às artes impressas e visuais, tendo realizado projetos contemplados em editais municipais e estaduais (São Paulo). É consultora de pesquisas de marketing e inovação, áreas em que atuou ao longo de sete anos - em institutos de pesquisa, no varejo e na indústria.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9642926294287022>

ANTROPOLOGIA DA CIDADE MODOS DE FAZER

Gentrification:
Discussões globais,
contextos locais

VOLUME 3

VOLUME 3

Maurício Fernandes de Alcântara

ORG.

Bianca Barbosa Chizzolini

Flavia de Faria Moreira da Silva

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Maurício Fernandes de Alcântara

Gentrification: discussões globais, contextos locais

Maurício Alcântara

Chizzolini, Bianca; Silva, Flávia de Faria Moreira da; Leal, Gabriela; Alcântara, Maurício (orgs.).

Antropologia da Cidade – Modos de Fazer, vol. 3, 34 p.
São Paulo: GEAC-USP: 2019

Material didático

● Antropologia da cidade: modos de fazer ●

Heitor Frúgoli Jr.

O presente material didático foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), com base em pesquisas de pós-graduação já realizadas ou em andamento. Trata-se de uma introdução à antropologia da cidade, com ênfase na pesquisa etnográfica e na questão das práticas. São enfoques contemporâneos, com atenção a múltiplas apropriações do espaço público que ocorrem principalmente na cidade de São Paulo, no campo dos usos pedestres das ruas, da arte urbana, do lazer associado ao consumo, do ativismo político. Isso inclui a orientação de uma experiência típica de observação de práticas espaciais e seus possíveis significados, que pode ser realizada, com as devidas mediações, em diversos contextos e cidades.

Pretende-se, portanto, contribuir para a divulgação da antropologia e da etnografia como forma de aprofundar o conhecimento sobre fenômenos urbanos. Almeja-se tanto compreender, de forma mais elaborada, certas práticas usuais do espaço da cidade, quanto dar relevo àquelas que têm ocorrido de forma mais recente e inédita nas ruas, cujos sinais e indícios demandam uma compreensão mais elaborada. O texto se destina, a princípio, a professores da rede pública e particular, a graduados de qualquer área, cientistas sociais, integrantes de ONGs e de associações comunitárias, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, artistas, assistentes sociais, agentes de instituições culturais. A bibliografia sugerida volta-se a noções básicas dos tópicos abordados, com a sugestão de leituras adicionais que permitem eventuais aprofundamentos.

Espera-se que cada volume desse material inspire olhares analíticos voltados a modos de vida na cidade e à decifração das vidas na rua, que constitui um espaço elementar de urbanidade.

Gentrification:
Discussões globais,
contextos locais

Maurício Fernandes de Alcântara

Introdução

Nos últimos anos, o conceito de gentrification vem sendo cada vez mais mobilizado, por um espectro cada vez mais amplo de pessoas, para se discutir as transformações e mobilizações que se observam em diversas localidades urbanas. Nas palavras de Renato Cymbalista (2018), “de tempos em tempos alguma palavra fica na moda no debate sobre as cidades. Sem dúvida ‘gentrificação’ é um desses termos. Não há debate sobre as cidades e suas áreas centrais em que ele não apareça de alguma forma”. O aumento da popularidade do termo, inclusive para além do âmbito acadêmico e dos estudos urbanos, demonstra que “ele já adquiriu um corpo próprio, transgrediu os limites da academia e se tornou uma questão sociopolítica e um marco em si mesmo” (MALOUTAS, 2012, p. 44).

Diante deste fenômeno, este material foi elaborado como uma sugestão de roteiro para a discussão do assunto em sala de aula, e está organizado em duas partes. A Parte 1 refere-se a um sintético balanço bibliográfico sobre as principais vertentes do debate acadêmico acerca dos significados, causas e efeitos da gentrification, incluindo discussões mais contemporâneas sobre os riscos da assunção acrítica de categorias do Norte global para a explicação de fenômenos observados em cidades do Sul global. Já a Parte 2 refere-se a um estudo de caso de uma pesquisa de mestrado (ALCÂNTARA, 2019), em que o termo “gentrificação” é usado de forma recorrente para explicar transformações recentes observadas em um bairro central da cidade de São Paulo – embora uma análise mais minuciosa não apresente evidências de que haja precisão no uso deste conceito. Este exemplo serve como ponto de partida para uma investigação dos significados envolvidos no uso da palavra, revelando que não se trata apenas da popularização do uso de um termo que por décadas se restringiu ao âmbito acadêmico: o uso cotidiano e não-especialista da palavra revela um importante afloramento das sensibilidades dos cidadãos com relação à vida na cidade e seu engajamento na reivindicação do Direito à cidade.

O documento está estruturado em tópicos, e ao longo de todo o material são indicadas referências bibliográficas que poderão ser consultadas para ampliar a contextualização de cada argumento ou informação apresentada. Uma síntese da argumentação aqui apresentada pode ser encontrada em Alcântara (2018a, 2018b), e a íntegra da pesquisa a que este documento se refere e na qual se baseia pode ser encontrada em Alcântara (2019).

* * *

**“ De tempos em tempos
alguma palavra fica na moda
no debate sobre as cidades.
Sem dúvida ‘gentrificação’ é
um desses termos. Não há
debate sobre as cidades e
suas áreas centrais em que
ele não apareça de alguma
forma**

(Cymbalista, 2018)

Parte 1

Definições e discussões teóricas

Primeiro deslocamento: o êxodo das elites no Norte global

mais atrativo para constituir famílias nucleares em áreas menos densas, com maior sensação de segurança e menor heterogeneidade social e racial.

> Nas regiões centrais das cidades, prevalecem as classes operárias e comunidades de imigrantes.

> Cidades Globais, anos 1970: globalização e declínio do modelo industrial, transferência das indústrias para o Sul Global

> Algumas cidades passam a concentrar atividades de comando das multinacionais, além de serviços especializados de suporte a estas atividades de comando: agências de publicidade, consultorias jurídicas etc. Saskia Sassen (2001) cita Nova York, Londres e Tóquio como estudos de caso.

> Declínio do tamanho e do poder econômico da classe operária (blue collar) e ascensão de uma "classe de serviços" (service class; white collar): profissionais qualificados, com alta renda e alto capital cultural. Uma nova geração das elites começa a voltar para os centros urbanos

Surgimento do conceito de *gentrification*

Primeira proposição do termo por Ruth Glass (1964). Contexto de revisão e crítica da hegemonia do modernismo (e o planejamento urbano racional, homogêneo e calculado) na concepção das cidades.

> Ideia de que mesmo que as cidades estivessem sendo "perdidas", ainda poderiam ser resgatadas com a preservação dos usos mistos e espontâneos dos espaços. "Morte e Vida de Grandes Cidades" (JACOBS, 2000).

> Crescente preocupação com a privatização e financeirização das cidades diante do avanço do capitalismo liberal e neoliberal. "O Direito à Cidade" (LEFEBVRE, 2001).

“Uma vez que 'pioneiros' enobrecem as primeiras casas de um quarteirão, outras têm seu preço elevado e um quarteirão enobrecido carrega consigo todo o bairro. O processo recebe apoio do comércio e das autoridades locais. A publicidade é favorável e aumenta e exagera a visibilidade dessa mudança e, o que é mais importante, cria a ilusão do renascimento urbano e a fantasia de que os habitantes do subúrbio voltarão à cidade.”

(Silvana Rubino, 2003, p. 290)

Primeiras reverberações do conceito

> Inauguração de uma nova frente de investigação para os estudos urbanos. Novo marco analítico para a compreensão das transformações urbanas desde os anos 1970.

> Ruptura com postulados teóricos sobre a localização e filtragem residencial (como a Escola de Chicago, a tradição da ecologia social e a escola positivista da economia urbana do pós-guerra), que não previam a possibilidade do retorno das classes elevadas às moradias degradadas dos centros urbanos (HAMNETT, 1991).

> Arena de disputa teórica e ideológica entre "humanistas liberais" e "marxistas estruturalistas"

Debates teóricos (1): explicação da *gentrification* pelas demandas de consumo

> Perspectiva "liberal-humanista" (HAMNETT, 1991); "culturalista" (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005); "sociocultural" (CHABROL et al., 2016). Alguns autores referenciais: Catherine Bidou-Zachariasen (2003) e David Ley (1980).

> Ênfase na chegada de "gentrificadores": uma nova classe média urbana com suas demandas e práticas de consumo, em volume suficiente para conduzir este processo.

> Pesquisas orientadas principalmente por dados qualitativos e procedimentos etnográficos.

Debates teóricos (2): explicação da gentrification pela oferta dos espaços

- > Perspectiva "marxista-estruturalista" (HAMNETT, 1991); "economicista" (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005). Principal autor: Neil Smith (SMITH, 1979, 1996)
- > Ênfase na existência de um lote de imóveis em áreas passíveis de gentrification, e o papel das finanças públicas e privadas neste processo.

- > Pesquisas fortemente orientadas por dados quantitativos.
- > Premissa: o capital retorna ao centro das cidades, estabelecendo novas oportunidades para a realocação residencial e para iniciativas lucrativas. "A back to the city movement of capital, not people" (Neil Smith, 1979)
- > Principais agentes: indústria imobiliária e indústria cultural.
- > Rent gap theory: investidores (ou o próprio Estado) avaliam a diferença entre a atual rentabilidade de uma área, e a renda potencialmente alcançável após o investimento na região, desinvestimento e reinvestimento calculados.

Debates teóricos (3): explicação da gentrification pela perspectiva integradora

- > Autora referencial: Sharon Zukin. Estudo sobre as transformações do bairro do Soho, Nova York (ZUKIN, 1989).
- > Antigo bairro de armazéns e indústrias. Baixo custo e espaço disponível atrai artistas (residências e ateliês).
- > Mudanças nas legislações flexibilizam usos e criam status de bairro "histórico" e "artístico".
- > Mercado financeiro e imobiliário se apropria, resultando na expulsão dos artistas originais.

“O trabalho de Sharon Zukin foi analisado como muito próximo ao de Neil Smith, já que a cultura era totalmente interpretada em termos de mercado, e também como mais próximo das teses culturalistas, já que destacava sobretudo o papel da demanda no processo.”

(Sergi Martínez-Rigol, 2005, p. 110)

Características comuns a diversas perspectivas

- > Valorização das características arquitetônicas dos imóveis e da infraestrutura urbana disponível.
- > Preservação do patrimônio histórico e estratégias de aumento do apelo visual.

> "Respeito exagerado pela autenticidade, uma tentativa de restaurar a aura do objeto original" (RUBINO, 2003, p. 292).

Debates teóricos (4): críticas pós-coloniais e aplicabilidade do conceito no Sul global

- > Thomas Maloutas (2012): o conceito de gentrification pertence a uma agenda global, atrelada ao avanço internacional do neoliberalismo
- > Epistemologia euro-americana sobre as transformações observadas nas antigas metrópoles industriais do Norte Global no pós-fordismo

- > Risco de minimizar especificidades locais e a importância de análises contextuais em bairros, cidades e países com realidades históricas, econômicas, sociais culturais e políticas distintas
- > Abstração excessiva reflete um significado imposto da gentrification que pode levar o termo à sua banalidade teórica



"Quando encaixamos neste conceito contextos geográficos e históricos diferentes daquele no qual a gentrification fora originalmente concebida, é questionável se temos sucesso ao enriquecer seu conteúdo e ao ampliar nossa percepção sobre ele; é mais provável que projetemos nestas diferentes formas de regeneração urbana as características da conceituação dominante da gentrification."

(Thomas Maloutas, 2012, p. 41-42)

Parte 2

Estudo de caso – Uma etnografia da Vila Buarque, São Paulo

Vila Buarque, Santa Cecília e República: bairros centrais sob processo de *gentrification*?

- > Alcântara (2018a, 2018b, 2019): na última década, alguns bairros da região central de São Paulo têm sido objeto de um crescente interesse como escolha residencial, de consumo e de lazer por um segmento jovem das camadas médias e superiores.
- > Este processo contraria a tendência geral, observada ao longo do século XX, do deslocamento das elites em sentido sudoeste (FRÚGOLI JR., 2000).
- > Uma das manifestações deste fenômeno é o surgimento expressivo de um novo perfil de comércio, altamente segmentado, voltado a um público "moderno" genericamente denominado hipster.

Algumas características de espaços hipsters:

- > Estabelecimentos pequenos e discretos, voltados a público reduzido e delimitado, potencialmente já presente no bairro.
- > Não pertencentes a grandes redes, investidores ou marcas
- > Investimento e trabalho dos próprios sócios; projetos de vida alternativos ao mercado de trabalho convencional (e a profissões anteriores); investimento relativamente baixo.
- > Minimalismo na decoração, improviso criativo e calculado no mobiliário
- > Alta segmentação de produtos, estratégias de diferenciação: artesanal, vegano, orgânico, autoral...
- > Diálogo com tendências globais de decoração e consumo
- > Potencial engajamento com causas ou ativismos: alimentação natural e orgânica, veganismo...
- > Combinação de múltiplos usos e atividades: bar, café, espaço cultural, sebo, loja, coworking
- > Menção na imprensa e em blogs como sendo voltados a um público hipster
- > Predominância de clientes que poderiam ser classificados como hipsters

Desafios do *hipster* como classificação para pessoas

- > Termo e significados não são de amplo conhecimento (requerem repertórios específicos)
- > Tradução e busca por equivalências locais comparáveis para uma categoria que viaja: cosmopolitas, influências de estilo de vida globais, mas os contextos e agrupamentos são locais
- > Categoria heteronômica (quase ninguém se define como hipster)
- > Adjetivo de uso predominantemente negativo:
 - Elogioso ou neutro quando mobilizado pela mídia para referir-se a uma "tribo descolada" (de forma genérica)
 - Jocosos quando mobilizado de forma situacional (sobretudo entre pessoas pertencentes ao mesmo grupo social); implica o reconhecimento de domínio de determinados códigos (estéticos, de moda, de consumo...)
 - Acusatório quando se fala de gentrification
 - Não é vista como uma categoria estigmatizante (visto que estamos falando de pessoas brancas, de alta renda)

Nos EUA, é fortemente associado à geração dos filhos de quem foi para os subúrbios e que volta a se instalar nos centros urbanos.

- > Jovens adultos urbanos (majoritariamente entre 25 e 40 anos).
- > Camadas médias-altas da população.
- > Majoritariamente brancos.
- > Influências globais de comportamento e estilos de vida.
- > Profissões "criativas".
- > Boêmios, cosmopolitas, progressistas.
- > Consumo segmentado e especializado.

As similaridades com a descrição dos pioneiros da gentrification na bibliografia são suficientes para interpretar a presença de hipsters como evidência de gentrification?



"Pessoas com alto capital cultural, vinculadas a profissões ligadas ao mundo da arte, da mídia e da cultura, atraídas pelas áreas centrais da cidade em função de sua diversidade social e cultural e custo relativamente mais baixo para se estabelecer, e com uma perspectiva mais cosmopolita e progressista de se perceber a cidade." (MARTÍNEZ-RIGOL, 2005, p. 115-116)

Histórico do Bairro

O bairro surge no início do século XX, como uma extensão da urbanização de antigas propriedades rurais para a construção do Higienópolis - primeiro bairro de alto padrão de São Paulo. A Vila Buarque surgiu como um bairro satélite, que concentra comércio e serviços.

Na primeira metade do século, com o deslocamento das elites sentido Avenida Paulista, o bairro sofreu uma verticalização e adensamento, concentrando sobretudo classes médias e altas industriais.

Além disso, também se consolidou como a principal região universitária da cidade, com instituições como a USP (com muitas unidades que posteriormente foram transferidas para o Butantã), Mackenzie, Santa Casa, FESPSP etc.

Nos anos 1970, a construção do Minhocão dividiu o bairro ao meio, separando-o em duas partes: uma mais residencial e mais assemelhada a características de Higienópolis, outra mais diversificada, com características próximas às da República e do Centro como um todo.

Nos anos 2000 e 2010, o entorno ganhou novos equipamentos (como a Linha 4 - Amarela do Metrô e a reforma da Praça Roosevelt), novas manchas de lazer (como a Praça Roosevelt e o "Baixo Augusta"), teve espaços que passaram a ser foco de ativismos para a conversão em parques (como o Parque Augusta e o Parque Minhocão), além de ser cenário para festas de rua, festivais e manifestações diversas.

Debates teóricos (5): critérios mínimos comuns a todas as abordagens teóricas sobre *gentrification*

Para avaliar se o bairro está passando por um processo de gentrification, são úteis os quatro critérios apontados por Mark Davidson e Loretta Lees (2005) e que obrigatoriamente devem ser observados conjuntamente:

1_REINVESTIMENTO DE CAPITAL

> sugere uma etapa anterior de desinvestimento de capital, de forma a tornar a região deficitária de atenção do poder público e/ou do setor privado

> a região central como um todo passou por um processo de desvalorização na metade do século XX, com o deslocamento das centralidades econômicas em sentido sudoeste

> a construção do Minhocão acelerou o processo de desvalorização imobiliária e redução da qualidade urbanística de seu perímetro, mas outros bairros foram mais afetados do que a Vila Buarque

> em termos de infraestrutura, o bairro manteve-se estável nas últimas décadas

2_MELHORIA SOCIAL DOS LUGARES DEVIDO À CHEGADA DE GRUPOS DE ALTA RENDA

> camadas médias-altas e altas sempre foram majoritárias na região (extensão ou bairro satélite de Higienópolis)

> lugares sempre foram marcados por uma boa infraestrutura de serviços urbanos, consolidada há décadas

> Censo 2000: todos os setores censitários classificados como de baixa vulnerabilidade (nenhuma privação ou privação muito baixa)

3_MUDANÇA DA PAISAGEM

> é sutil, só pode ser observada em uma escala pequena, das fachadas dos imóveis e estabelecimentos comerciais e seus usos - e que ainda se apresenta em número proporcionalmente reduzido se comparado com a diversidade de estabelecimentos ao redor

> imóveis e equipamentos em geral mantiveram um mesmo perfil de uso e um nível constante de manutenção e preservação

> alta densidade das construções e a escassez de terrenos disponíveis é um impeditivo para a construção intensa de novos edifícios

> hospitais, universidades e instituições garantem diversidade de públicos, serviços e usos

4_DESLOCAMENTO DIRETO OU INDIRETO DE GRUPOS DE BAIXA RENDA

> não há indícios perceptíveis de deslocamentos de grupos de baixa renda em volume considerável, em função da já assinalada escassez destes grupos na região, majoritariamente de camadas médias e altas

“Essas observações não sugerem que os bairros centrais (ou áreas específicas) não estejam sob disputa por diferentes agentes, ou que não sejam do interesse das forças do mercado. Significa apenas que essas disputas provavelmente correspondem a processos diferentes dos pressupostos teóricos da gentrification.

Se não está ocorrendo *gentrification*, o que significa quando diversos moradores afirmam o contrário?

Alguns sintomas perceptíveis de mudanças no bairro:

- > "Hipsterização": novos estabelecimentos, como bares, restaurantes e lojas
- > Celebração do aspecto "cool" do bairro pela imprensa
- > Retomada do crescimento habitacional da região central; movimentações do capital imobiliário, da indústria da construção, associações de comerciantes e moradores com discurso de "renascimento" do centro
- > Oscilações dos valores imobiliários e do custo de vida (que não ocorrem apenas no bairro)

Uma sugestão de desambiguação

- > Gentrification: discussões sobre o conceito como categoria analítica.
- > "Gentrificação": para a forma como é mobilizada pelos interlocutores, como categoria da prática. Debate mais amplo, para além do universo acadêmico. Significados locais adicionais, para além das epistemologias euro-americanas resguardadas pela palavra original

Significados adicionais da "gentrificação", não contemplados sob o conceito de gentrification:

- > Demonstra o alcance do conceito para além da academia
- > Indica a existência de um público atento, sensível, informado e engajado com questões da cidade
- > Materializa medos de determinados grupos quanto à sua vulnerabilidade frente à ascensão dos custos de vida locais
- > Instrumentaliza um olhar crítico quanto a percepções de mudança
- > Oferece força discursiva para se prever, denunciar e combater tais mudanças
- > Dá contornos e um nome a um inimigo que deve ser combatido.
- > Funciona como um "guarda-chuva" para diversas outras questões sociais: higienismo, déficit habitacional, concentração de renda, distribuição desigual de infraestrutura...
- > Evidencia a imensa desigualdade social na distribuição territorial, de renda, de serviços e de infraestrutura da cidade; demonstra que praticamente qualquer intervenção, melhoramento, obra pública ou empreendimento privado tem grande chance de enobrecer seu entorno.
- > Reflete o afloramento de novas sensibilidades quanto à cidade ao redor e a que tipo de ambiências urbanas passam a ser desejadas e reivindicadas.

**Gentrification:
discussões sobre o
conceito como
categoria analítica.**

"Gentrificação": para a forma como é mobilizada pelos interlocutores, como categoria da prática. Debate mais amplo, para além do universo acadêmico. Significados locais adicionais, para além das epistemologias euro-americanas resguardadas pela palavra original.

Somado a isso, o termo "gentrificação" também tem sido amplamente utilizado na imprensa e até mesmo em filmes e séries televisivas. Isso tudo ilustra a emergência de novos repertórios de desejar e fazer cidade, e novas formas de se enxergar no espaço público: novos espaços urbanos, novas táticas ativistas, novas gerações de manifestantes, novos grupos e pautas políticas (das mais progressistas às mais conservadoras).

Isso indica que tanto a gentrification como a "gentrificação" revelam resistências dos cidadãos quanto à mutabilidade da cidade. O conceito analítico surge originalmente num contexto de combate à sensação de que as cidades estão "se perdendo" diante do avanço do modernismo. Já a categoria da prática aparece em um contexto atual de desconfiança dos cidadãos de que a maioria das transformações não são suficientemente democráticas e/ou estão potencialmente a favor da maximização de ganhos privados. A ideia de "gentrificação" como categoria da prática, também pode ser lida à luz de reflexões de outros autores sobre contextos de mudanças aceleradas:

Marshall Sahlins (1997a, 1997b): "pessimismo sentimental" da antropologia quanto ao "desaparecimento" das culturas frente à globalização: pode ser comparado a um similar "pessimismo" quanto ao "desaparecimento" das cidades e dos bairros frente ao capitalismo e à "gentrificação"?

Svetlana Boym (2001): nostalgia como um sentimento de perda que representa a falta de um lar que não existe mais, ou nunca existiu. Dimensão utópica que não se projeta em direção ao futuro: antes, é um mecanismo de defesa contra mudanças aceleradas.

"É uma rebelião contra a ideia moderna do tempo, o tempo da história e do progresso. O nostálgico deseja obliterar a história e torná-la uma mitologia privada ou coletiva, visitar o tempo e o espaço, recusando-se a render-se à irreversibilidade do tempo que flagela a condição humana." (BOYM, 2001, p. XV).

Provocações finais para debate e novas investigações

- > As cidades e bairros em questão apresentam uma maior tendência à permanência ou à mudança?
- > Qual é o recorte temporal utilizado para definir um "antes" que estaria em vias de ser perdido e um "agora" que é percebido como indesejado?
- > Quais seriam os aspectos "originais" ou "autênticos" das cidades que não poderiam mudar?
- > Quais agentes defendem a mutabilidade ou a imutabilidade da paisagem urbana?
- > Que ideias e quais ideais de cidade "desejável" inspiram tais defesas?
- > Quais destas transformações efetivamente se concretizam? Em que escala?
- > Quais são as trajetórias, motivações e os recursos mobilizados por estes agentes?

Referências & Sugestões de Leitura

ALCÂNTARA, M. F. De. Síntomas versus diagnósticos: hipsters y gentrification en Vila Buarque, São Paulo. *Investiga Territorios*, 2018a. n. 7, p. 31-45. Disponível em: <<http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/investigaterritorios/article/view/21204>>. Acesso em: 16 out. 2019.

_____. Gentrificação e "hipsterização": um estudo sobre a Vila Buarque (São Paulo, Brasil). *Sociabilidades Urbanas - Revista de Antropologia e Sociologia*, nov. 2018b. v. 2, n. 6, p. 31-48. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/grem/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V2N6%202018%20C1%20ArtigoDossi%C3%AA1.pdf>>.

_____. "Hipsterização" no centro de São Paulo: consumo, trabalho e produção da cidade. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. *Retours en ville. Des processus de gentrification urbaine aux politiques de revitalisation des centres*. Paris: Descartes & Cie, 2003.

BOYM, S. *The Future of Nostalgia*. Nova York: Basic Books, 2001. Google-Books-ID: WrvtAAAAMAAJ.

CHABROL, M. et al. *Gentrifications*. Paris: Amsterdam, 2016.

CYMBALISTA, R. Há gentrificação nas cidades brasileiras. *Nexo Jornal*, 23 jan. 2018. Cidades em Disputa. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/01/26/Cidades-em-disputa>>. Acesso em: 8 mar. 2018.

DAVIDSON, M.; LEES, L. New-Build 'Gentrification' and London's Riverside Renaissance. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 1 jul. 2005. v. 37, n. 7, p. 1165-1190. Disponível em: <<https://doi.org/10.1068/a3739>>. Acesso em: 6 mar. 2018.

FRÚGOLI JR., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo, SP: Edusp, 2000.

GLASS, R. *London: Aspects of change*. Londres: MacGibbon & Kee, 1964.

HAMNETT, C. The Blind Men and the Elephant: The Explanation of Gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 1 jan. 1991. v. 16, p. 173.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEY, D. Liberal Ideology and the Post-Industrial City. *Annals of The Association of American Geographers*, 1 jun. 1980. v. 70, p. 238-258.

MALOUTAS, T. Contextual Diversity in Gentrification Research. *Critical Sociology*, 1 jan. 2012. v. 38, n. 1, p. 33–48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0896920510380950>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MARTÍNEZ-RIGOL, S. A gentrification, conceito e método. In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (Org.). *Urbanização e mundialização, estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

RUBINO, S. Gentrification: notas sobre um conceito incômodo. In: SCHICCHI, M. C.; BENFATTI, D. (Org.). *Urbanismo: dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas/Rio de Janeiro: PUC-Campinas/Prourb-UFRJ, 2003.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). *Mana*, abr. 1997a. v. 3, n. 1, p. 41–73. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-93131997000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). *Mana*, out. 1997b. v. 3, n. 2, p. 103–150. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-93131997000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. 2 edition ed. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SCOTT, M. ‘Hipster Capitalism’ in the Age of Austerity? Polanyi Meets Bourdieu’s New Petite Bourgeoisie. *Cultural Sociology*, 1 mar. 2017. v. 11, n. 1, p. 60–76. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1749975516681226>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

SMITH, N. Toward a Theory of Gentrification A Back to the City Movement by Capital, not People. *Journal of the American Planning Association*, 1 out. 1979. v. 45, n. 4, p. 538–548. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01944367908977002>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

_____. *The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City*. 1 edition ed. Londres; Nova York: Routledge, 1996.

ZUKIN, S. *Loft Living: Culture and Capital in Urban Change*. Reprint edition ed. New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1989.

_____. *Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places*. Reprint edition ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Sobre o autor deste volume

Maurício Fernandes de Alcântara
maucantara@gmail.com

Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2019), pesquisador do GEAC – Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (FFLCH-USP) e do CANIBAL – Grupo de Antropologia do Caribe Global (FFLCH-USP). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2017) e em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Líbero (2005). Tem experiência nas áreas de Comunicação Social e Antropologia (com ênfase em Antropologia Urbana), atuando principalmente nos seguintes temas: espaço público, consumo, sociabilidade e ativismos.

ANTROPOLOGIA DA CIDADE MODOS DE FAZER

Desafiar a política
na cidade:
práticas ativistas
e usos do espaço

VOLUME 4

VOLUME 4

Flavia de Faria Moreira da Silva

ORG.

Bianca Barbosa Chizzolini

Flavia de Faria Moreira da Silva

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Maurício Fernandes de Alcântara

Desafiar a política na cidade: práticas ativistas e usos do espaço

Flávia de Faria Moreira da Silva

Chizzolini, Bianca; Silva, Flávia de Faria Moreira da; Leal, Gabriela; Alcântara, Maurício (orgs.).

Antropologia da Cidade – Modos de Fazer, vol. 4, 28 p.
São Paulo: GEAC-USP: 2019

Material didático

● Antropologia da cidade: modos de fazer ●

Heitor Frúgoli Jr.

O presente material didático foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), com base em pesquisas de pós-graduação já realizadas ou em andamento. Trata-se de uma introdução à antropologia da cidade, com ênfase na pesquisa etnográfica e na questão das práticas. São enfoques contemporâneos, com atenção a múltiplas apropriações do espaço público que ocorrem principalmente na cidade de São Paulo, no campo dos usos pedestres das ruas, da arte urbana, do lazer associado ao consumo, do ativismo político. Isso inclui a orientação de uma experiência tópica de observação de práticas espaciais e seus possíveis significados, que pode ser realizada, com as devidas mediações, em diversos contextos e cidades.

Pretende-se, portanto, contribuir para a divulgação da antropologia e da etnografia como forma de aprofundar o conhecimento sobre fenômenos urbanos. Almeja-se tanto compreender, de forma mais elaborada, certas práticas usuais do espaço da cidade, quanto dar relevo àquelas que têm ocorrido de forma mais recente e inédita nas ruas, cujos sinais e indícios demandam uma compreensão mais elaborada. O texto se destina, a princípio, a professores da rede pública e particular, a graduados de qualquer área, cientistas sociais, integrantes de ONGs e de associações comunitárias, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, artistas, assistentes sociais, agentes de instituições culturais. A bibliografia sugerida volta-se a noções básicas dos tópicos abordados, com a sugestão de leituras adicionais que permitem eventuais aprofundamentos.

Espera-se que cada volume desse material inspire olhares analíticos voltados a modos de vida na cidade e à decifração das vidas na rua, que constitui um espaço elementar de urbanidade.

Desafiar a política na cidade: práticas ativistas e usos do espaço

Flavia de Faria Moreira da Silva

Com foco nas práticas de um coletivo ativista de ocupação política da cidade de São Paulo, abordarei experiências de usos do espaço público para contestação. Com base em etnografia recente, proponho olhar para o emaranhado de fronteiras e de relações entre: público, privado, participação, representação e descentralização. Para além do campo epistemológico, esses conceitos revelam práticas e modos de se apropriar de espaços na cidade, fomentando (ou não) um modo de se fazer política na relação com o outro.

Apresentação

A etnografia abordada neste fascículo se refere à pesquisa em curso do doutorado de dupla titulação em Antropologia Social na Universidade de São Paulo e em Sociologia na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. O campo etnográfico limita-se a dois coletivos ativistas de ocupação da política institucional e de uso dos espaços urbanos para politização e aproximação entre política e pessoas comuns. O objetivo é apresentar aspectos da etnografia realizada nas capitais mineira e paulista, de 2017 a 2019, com dois coletivos que são referências de campanha e de mandato coletivos e ativistas no Brasil, as Somos Muitas e a Bancada Ativista, e confrontá-los com conceitos e abordagens contidos nas referências bibliográficas mencionadas posteriormente.

Ambos coletivos denunciam a sub-representação de setores da população excluídos, hostilizados ou marginalizados (população LGBTQ+, negros, indígenas, quilombolas), e para garantir que suas pautas tornem-se políticas públicas, visam a construção de uma bancada plurissetorial de lutas sociais no legislativo e a realização de dezenas de eventos abertos, realizados nas praças, nas ruas e em ocupações urbanas com o propósito de mobilizar as pessoas para o debate político e a visibilização dos problemas e dos conflitos sociais.

Ao mesclar militância com estratégias de ocupação das instituições políticas (Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Congresso Nacional) e com ação política organizada em espaços urbanos (ruas, praças, parques, etc.), coletivos se inscrevem no desafio do ativismo contemporâneo: o da coexistência entre a ampliação de formas de participação e a inovação da representação através da inserção institucional de atores e movimentos sociais. As Somos Muitas e a Bancada Ativista são movimentos nascidos em Belo Horizonte e em São Paulo após a onda de reivindicações de junho de 2013. Nesse contexto, em Belo Horizonte, se fortalecia a Copac (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa), o movimento de ambulantes que reivindicavam o direito

de trabalhar nos locais oficiais de realização de jogos durante a Copa, assim como coletivos urbanos de ocupação de espaços públicos, tais como a praça da estação (Praça Rui Barbosa na região central, utilizada desde janeiro de 2010 para o evento “praia da estação”), e movimentos de auto-gestão, tais como a Assembleia Popular Horizontal, que tomou o viaduto Santa Teresa em Belo Horizonte, após junho de 2013 para discutir as fraquezas da democracia representativa e construir alternativas para transformar o sistema político. Nesse cenário de efervescência e de confluência de diferentes reivindicações sociais, as Somos Muitas pela Cidade que Queremos foi ganhando força e expansão, ampliando o seu repertório de reivindicações de direito à cidade, à moradia, ao transporte público, para a exigência de participação nas decisões políticas do município de Belo Horizonte.

Inspirada na experiência das Somos Muitas, a Bancada Ativista nasceu em 2016 na capital paulista, mais especificamente, na Vila Madalena (zona oeste da cidade, conhecida pela vida noturna agitada, boêmia e diversa em serviços culturais e comerciais). A expansão da democracia é pretendida através do apoio à candidatura de ativistas que transitam da atuação na sociedade civil para a integração das instituições legislativas. Ou seja, passam a ser escreventes das políticas públicas e não apenas o seu destinatário. Nas eleições de 2016, ambos coletivos lançaram candidaturas coletivas de militantes LGBTQ+s, feministas, indígenas, quilombolas, de movimentos por moradia, entre outros, e elegeram duas vereadoras (pelo Psol) em Belo Horizonte – inaugurando a Gabinetona, a “mandata coletiva” da Câmara Municipal – e uma vereadora (pelo Psol) em São Paulo. Porém, a atuação do mandato foi diferente em cada um deles. A atuação das vereadoras eleitas em Belo Horizonte se destacou por inaugurar o modelo de mandato coletivo, que foi reproduzido em São Paulo com a posse, em março de 2019, da co-candidatura a deputado estadual da Bancada Ativista (Psol e Rede).



As táticas para hackear a política tradicional lançam luz sobre as práticas cotidianas que contestam o sistema político de personalismo, de controle de participação e de verticalização. São práticas que negociam a maneira de fazer política, de resistir às imposições da política tradicional.

1 Experiências ativistas e práticas políticas no espaço público: a concepção política do agir

Táticas para hackear a política e práticas de uso do espaço público

A lógica do personalismo, enraizada na política tradicional, legitima espaços desiguais de voz dentro de instituições que se definem como democráticas. Essa lógica corresponde a uma herança cultural de centralização do poder sobre o indivíduo (o herói, o líder, o eleito), que desafia o governo representativo face às suas contradições democráticas internas. Em outras palavras, o personalismo na política apoia o imaginário no qual os eleitores são indivíduos inferiores, socialmente e economicamente distintos da maioria daqueles que se elegem. No livro *Princípios do Governo Representativo*, Bernard Manin (2012) descreveu os aspectos não democráticos dos governos representativos, incluindo as chances desiguais que diferentes perfis de candidaturas têm para se elegerem e a falta de continuidade da relação entre representantes e população durante o mandato.

As táticas para hackear a política tradicional lançam luz sobre as práticas cotidianas que contestam o sistema político de personalismo, de controle de participação e de verticalização. São práticas que negociam a maneira de fazer política, de resistir às imposições da política tradicional (do personalismo, do controle de participação e da verticalização das relações de poder). A teoria das práticas cotidianas de Michel De Certeau (1994) esboça a concepção política do agir. Tais práticas são compostas pela multiplicidade de conhecimentos e métodos que promovem uma maneira de agir e habitar o mundo, de produzir transformações onde as estruturas são rígidas e firmes. Práticas que vislumbram e atuam em redes de afeto, de solidariedade, generosidade e criatividade, criando alternativas, possíveis formas de comunicação, diálogo, resistência, invenção, troca social.

Diante dessa perspectiva da concepção política do agir, a proposta é analisar algumas práticas políticas dos coletivos que pretendem ocupar espaços públicos e a política institucional, conhecida por sua lógica predatória pautada no protagonismo individual de candidaturas (Manin 2012). Partindo do objetivo de hackear a cultura política tradicional, a ação política do cotidiano cria e negocia alternativas para fazer política de outra maneira, contrariando as práticas tradicionais do personalismo, do controle de participação e da verticalização das relações de poder. Práticas para hackear a política são aqui compreendidas como "operações microbianas" que, ao proliferar-se, transformam o funcionamento de estruturas tecnocráticas (Certeau 1994) e, a partir daí, contribuem para a construção de uma rede antidisciplinar. Esta rede antidisciplinar que se difere, portanto, do significado aplicado por Michel Foucault à noção de disciplina dentro de uma microfísica do poder.

Para Foucault, o discurso da norma e da disciplina endurece as opiniões, pois indica os "bons comportamentos" e reprime os desvios, restringindo os comportamentos, coagindo os desejos e os pensamentos que ultrapassam as normas pré-estabelecidas. O código de normalização se aplica a todos, porque, como o filósofo aponta, estabelece um processo de disciplina que evoca o sentimento de pertencimento. O discurso da disciplina inaugura uma nova lógica de poder: a de "fazer viver e deixar morrer" (Foucault, 1997, p. 220). Em outras palavras, trata-se do poder de fazer os indivíduos viverem de acordo com uma certa estrutura, de acordo com categorias, de acordo com uma certa maneira de pensar, de desejar e de agir. Esse mecanismo de poder administra uma opinião pública obstinada e homogênea que eliminam a experiência, a resistência e a diversidade como competência social. Segundo o filósofo, a lógica de "fazer viver e deixar morrer" é o mecanismo da biopolítica para garantir uma dominação silenciosa, condução invisível da vigilância.

Assim, as duas tecnologias de poder descritas por Foucault, a saber, a norma disciplinar que atua sobre a imaginação do indivíduo e a norma reguladora, que atua sobre a sociedade para formar o caráter social, elevam as dinâmicas do poder sobre a vida dos indivíduos, seus corpos, sua subjetividade, suas fraquezas e sua necessidade de certezas. O poder não é mais um bem, uma posse, uma conquista, mas um mecanismo de regulação para obter estados sociais, econômicos e políticos de dominação. No livro *A invenção do cotidiano*, Michel De Certeau apresenta um conjunto de práticas cuja dimensão política especificam um modo de estar no mundo que não seja obediência e homogeneização. Trata-se, portanto, de esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair delas os modos criativos, inovadores, coletivos, de fazer a cidade, de fazer a política. Quais modos de ação se confrontariam com a microfísica do poder e o estado social, econômico e político de dominação existente? Algumas práticas e táticas de hackear a política surgem como negociações para transformar a estrutura da política tradicional. Nas páginas a seguir, serão apresentadas algumas dessas práticas observadas no campo etnográfico.

“práticas cuja dimensão política especificam um modo de estar no mundo que não seja obediência e homogeneização. Trata-se, portanto, de esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair delas os modos criativos, inovadores, coletivos, de fazer a cidade, de fazer a política.

2 Práticas ativistas e usos do espaço

Durante os meses de janeiro e junho de 2018, a Bancada Escuta (Faria, 2018) foi organizada em diferentes territórios da cidade de São Paulo, nas zonas sul, norte, leste e oeste com o intuito de encontrar e de motivar o debate sobre política e a pré-candidatura de habitantes locais. Por ocasião da Bancada Escuta, realizada na praça Largo da Batata em Pinheiros, em 23 de setembro de 2017, os membros do grupo chegaram com antecedência para juntar as cadeiras públicas instaladas no local pela Prefeitura de São Paulo. O Largo da Batata fica em Pinheiros, está localizado entre uma estação de metrô, uma estação de trem e o terminal de 33 linhas de ônibus, sendo, portanto, diariamente, local de passagem para milhares de pessoas. O largo oferece espaços sociais com bancos, mesas, pistas de skate, jogos de mesa e áreas de recreação infantil. Por estar localizado na passagem de diferentes vias do transporte público, o largo é também lugar de trabalho para dezenas de vendedores informais e ambulantes.

Na atividade realizada pelo coletivo, poucos minutos antes da hora de início, marcada para às 14:00 de um sábado, os organizadores começaram a conversar com as pessoas: "Você veio para participar da Bancada Escuta?", "Você conhece a Bancada Ativista?". Para começar, um dos participantes do grupo tomou a palavra para animar a conversa, cujo objetivo era questionar o entrelaçamento entre espaços públicos e privados de São Paulo: "Qual é o nosso sentimento de cidade?", "Quem é o dono deste lugar? Qual é a nossa visão daqueles que habitam esse espaço?". As pessoas começavam a se reunir ao seu redor e, alguns minutos depois, Marcio, morador da praça tomou a palavra para contar sobre o conflito vivido com outros moradores (de casas e prédios locais) devido ao uso dos bancos da praça para secar suas roupas.



Não é por ser um morador de rua que tenho que estar sempre sujo, quero estar limpo, quero tomar um banho e lavar minhas roupas. Faz uns dias, lavamos nossas roupas, colocamos a roupa aí nos bancos e os moradores dos prédios não gostaram, reclamaram e tivemos que tirar as roupas daqui. Mas não tenho onde secar minhas roupas. Então, por que eles não secam minhas roupas para mim? Eu moro aqui, naquela barraca, é onde eu cozinho, tenho feijão e um pouco de carne de sol para preparar esta noite. Se eu não cuidar disso, ninguém vai me alimentar.

Sua fala foi escutada por dezenas de pessoas, incluindo outros moradores, e o debate acerca dos limites entre espaços públicos e privados durou duas horas. Quatro crianças que acompanhavam sua tia – uma mulher de vinte anos, vendedora ambulante de chocolates e doces – participaram, com entusiasmo, do debate. Diziam que o Largo da Batata pertence a todos aqueles que estão lá. As crianças e sua tia, junto com outras famílias de vendedoras informais costumam ir aos fins de semana trabalhar no largo, que se localiza “um pouco mais de uma hora de casa”, explica uma das meninas.

A Bancada Ativista também organizou eventos públicos como o Flertaço com os candidatos, para promover a interação e o diálogo cara-a-cara das pessoas com os candidatos apoiados. Flertaço lança a ideia de as pessoas flertarem com a política. “Vamos trazer de volta o seu amor pela política”, anuncia o coletivo. O evento consiste em convidar as pessoas que estão passando pela rua para sentar-se numa cadeira em frente a um dos candidatos apoiados pelo coletivo para fazer perguntas em um diálogo a dois, sem a mediação de secretários ou assessores. Depois de cinco minutos de interação, as pessoas sentadas são convidadas a trocar de cadeira para sentar-se diante de outros candidatos presentes.

“Essas práticas abertas e frequentemente realizadas em espaços públicos representam a ideia de que política não se limita à eleição. Por um lado, a ocupação do espaço público aparece como prática para tornar visível a rua em sua multiplicidade de conflitos e realidades, além de potencialidades e criatividade. [...] Por outro lado, a experimentação do diálogo presencial com os co-candidatos presentes – sem a mediação de um orientador, secretário ou porta-voz – em torno de problemas e projetos locais fortalece a prática de uma política que privilegia a relação, o olhar e a presença.

Flertaço e Bancada Escuta promovem o encontro direto dos candidatos com a população. Essas práticas abertas e frequentemente realizadas em espaços públicos representam a ideia de que política não se limita à eleição. Por um lado, a ocupação do espaço público aparece como prática para tornar visível a rua em sua multiplicidade de conflitos e realidades, além de potencialidades e criatividade. O uso desses espaços para debate conecta pessoas que normalmente não dedicam muito do seu tempo diário a ouvir os outros – especialmente quando este é um corpo "invisibilizado". Isso promove uma perspectiva diferente sobre as fronteiras entre os espaços da cidade (o público que também é privado porque é a casa de alguém), as territorialidades e a dinâmica dos moradores da cidade (Arantes, 1994). Por outro lado, a experimentação do diálogo presencial com os co-candidatos presentes – sem a mediação de um orientador, secretário ou porta-voz – em torno de problemas e projetos locais fortalece a prática de uma política que privilegia a relação, o olhar e a presença. Essas experiências incorporam os valores e princípios reivindicados por esses coletivos: a tendência à horizontalidade e a ampliação da participação dentro de uma política relacional.

A campanha eleitoral coletiva realizada por esses movimentos inovou o modelo eleitoral criando o conceito, no caso das Somos Muitas, "Votou em uma de nossas candidatas [que disputam o mesmo cargo], votou em todas", sempre usando o feminino de palavras que, de acordo com as regras gramaticais, deveriam ser escritas em masculino. A lógica da coletividade é de pedir voto para o outro (ainda que sejam de partidos diferentes disputando o mesmo cargo) e de priorizar a pauta e a identidade do coletivo acima das relativas ao partido. Nesse modelo político, os coletivos não procuram construir a imagem do político como um herói ou salvador. Pelo contrário, prevêm a construção de uma candidatura coletiva – não pautada no protagonismo de um indivíduo – que apresente características semelhantes às de grupos socialmente oprimidos e contribua para a redução da sua sub-representação nas instituições do legislativo.

O artigo de autoria do antropólogo Heitor Frugoli Jr., intitulado "Ativismos urbanos em São Paulo" (2018) faz um balanço sobre ocupações em espaços públicos de São Paulo, onde ativistas envolvidos reivindicam a ampliação do direito à cidade. Ocupações que são realizadas por diferentes articulações de coletivos culturais, estudantis, associativos, de moradores, etc. As jornadas de junho de 2013 representam, nesse cenário, uma referência imprescindível. Frugoli explica que as ocupações e apropriações dos espaços públicos representam, por um lado, a expansão da relação dos habitantes com o contexto urbano e, por outro lado, a dimensão coletiva dessas práticas.

Nesse sentido, o uso das ruas, praças, avenidas podem revelar práticas espaciais e políticas em si, como se pôde observar através da etnografia realizada com os coletivos de ocupação política em São Paulo e em Belo Horizonte. Por isso, consideramos que a cidade não é apenas o cenário das práticas, mas se constrói como espaço de criatividade, de negociação, de resistência. Em outras palavras, a cidade não é "um local neutro", como explica Frugoli.

Assim, a escolha dos locais de realização dessas práticas de ocupação e de apropriação revela em si significados e demandas. Um ano depois das eleições municipais de 2016, a Bancada Ativista e as Somos Muitas iniciaram as articulações para criar o primeiro encontro do movimento nacional #Ocupa Política, Pé na porta e Amor pela democracia. Na confluência de diversas pautas, tais como a legalização do aborto, o direito à moradia, a proteção de terras indígenas e quilombolas, a primeira reunião nacional do #OcupaPolítica foi realizada na ocupação urbana Carolina Maria de Jesus (homenagem à escritora negra Carolina Maria de Jesus (1914-1977)), em Belo Horizonte. Em um prédio de mais de dez andares, habitado por 200 famílias que, apoiadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ocuparam o prédio que, devido às dívidas do ex-proprietário, estava vazio e inabilitado pelo Estado. Durante os quatro dias de atividades da #OcupaPolítica, tais como rodas de

conversa, mesas redondas, exercícios lúdicos, ensaios de teatro (das mulheres e das crianças da ocupação), etc., na porta do edifício ocupado, moradores mais velhos se revezavam para fazer a guarita de verificação de quem entra na ocupação. No centro do piso térreo, uma grande escada levava ao primeiro andar, onde estavam acontecendo em dois espaços, no hall de entrada e na sala de vidro, as atividades da #OcupaPolítica. No segundo andar, estava a cozinha coletiva, onde mulheres dividiam e se revezavam nas tarefas, em horários pré-estabelecidos por elas mesmas. Na parte externa do segundo andar, havia uma horta, mantida por algumas senhoras moradoras da Carolina Maria de Jesus. A ocupação se alimenta sobretudo de doações recebidas pelos movimentos sociais de luta por moradia, uma vez que o prédio ocupado está em um bairro de classe média de Belo Horizonte, em Funcionários, onde o custo de alimentos é relativamente alto.

Durante a concepção do encontro, a escolha do local para realizar a #OcupaPolítica foi discutida em reuniões semanais realizadas via plataformas de videoconferência. Ativistas e integrantes das Somos Muitas que lutam pelo direito à moradia nos movimentos MLB e Brigadas Populares propuseram que o coletivo realizasse o primeiro encontro nacional na ocupação Carolina Maria de Jesus, que recém havia ocupado o edifício. A escolha desse espaço, ocupado por famílias que integram a luta por moradia, para acolher a #OcupaPolítica revela, evidentemente, posicionamentos, demandas e reivindicações políticas.

* * *

4 Socialidade: a ênfase na relação e na coletividade

No capítulo 7 do livro *O Efeito Etnográfico e outros ensaios* (2014), intitulado “O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?”, a antropóloga britânica Marilyn Strathern desenvolve o argumento acerca do esvaziamento do conceito teórico de sociedade. Segundo a autora, o conceito de socialidade é uma alternativa para a obsolescência do conceito de sociedade. Strathern entende que sociedade não é uma entidade, mas uma abstração intrínseca às relações na vida e no pensamento humano. O conceito de sociedade estabelecido como “coisa” concebida exteriormente às relações e que funciona para regulá-las esvazia seu sentido abstrato porque torna as relações secundárias e não mais primárias para a existência humana. As consequências são as seguintes:

- i) a supremacia das motivações individuais: um sistema político que elimina as coletividades que intervêm entre o Estado e o cidadão, proliferando organizações que promovem interesses específicos.
- ii) a valorização da autossuficiência: a imagem do personalismo, da performance, das metas de desempenho, da homogeneidade social que oculta as relações de poder.
- iii) a invisibilidade das relações sociais em prol da interação entre indivíduos, celebrando a intolerância da diversidade (Strathern, 2014).

Strathern critica três leituras acerca da noção de sociedade para refutar tal conceito e propor como alternativa a ideia de socialidade. A autora critica o conceito de sociedade baseado nos processos de reificação, de personificação e de totalização e propõe retomar a intenção original da abstração do seu conceito, ou seja, transmitir a relevância das relações a partir da articulação entre socialidade e pessoa. Socialidade é uma ideia mais poderosa do que o conceito de sociedade porque recoloca a ênfase na coletividade que se constrói no âmbito das relações sociais. É intrínseca à definição de pessoa (que diferentemente do conceito de indivíduo/unidade/mônada se constrói a partir de suas coletividades).

A noção de socialidade de Strathern dialoga com três características das práticas ativistas pesquisadas. Resumidamente, as características seguintes foram observadas em diversas situações do estudo de campo, e constituem elementos comuns entre ambos os coletivos pesquisados:

1. Política com ênfase na relação. A denúncia do personalismo na política faz emergir, por um lado, o rechaço de líderes e protagonistas individuais, assim como a ressignificação do sentido de coletividade, de relação e de confiança; por outro lado, remete à concepção de uma política relacional, baseada no encontro face a face, na escuta e na ausência de mediação entre candidatos, eleitos e eleitores.

2. Ocupação política. A denúncia da sub-representação na política brasileira pautada por esses coletivos lhes remete à visibilização (e à crítica) das relações de poder, da luta de classe, do racismo estrutural e da questão de gênero. Ocupar espaços institucionais de decisão e de voz, assim como criar espaços de heterogeneidade interna.

3. Participação. A crítica da ineficiência da democracia representativa cujas decisões são tomadas de cima para baixo, em instituições verticais e hierárquicas é o que estimula a construção de métodos de participação da população, de movimentos e de comunidades, de decisão coletiva e de tendência à horizontalidade. A política tradicional é criticada por ser restrita a certos perfis e práticas de clientelismo que distribuem desigualmente a oportunidade de se candidatar e as chances de se eleger.



A prevalência da coletividade sobre o personalismo, a criação de espaços institucionais de confluência de diferentes lutas sociais, a denúncia da sub-representação como alicerce para tornar visível as relações de poder e o uso de espaços públicos com finalidade política e participativa são práticas do que se entende aqui como democracia da experiência.

A prevalência da coletividade sobre o personalismo, a criação de espaços institucionais de confluência de diferentes lutas sociais, a denúncia da sub-representação como alicerce para tornar visível as relações de poder e o uso de espaços públicos com finalidade política e participativa são práticas do que se entende aqui como democracia da experiência. Trata-se da elaboração de táticas para hackear o modelo político pautado no indivíduo, no controle da participação coletiva e composto por certos perfis do topo da pirâmide social (Meneguello, Mano e Gorski 2012; Speck, Sacchet e Santos 2012; Campos e Machado 2015).



"Experimentar é constituir um contrapoder dentro mesmo das situações. Experimentar é se projetar em outra forma de vida e de atividade, de pensamento e de criação. Experimentar é opor aos dispositivos de dominação um poder de autonomia e singularização. Experimentar é variar uma situação para modular as perspectivas" (Citton 2012, p. 123).

A "democracia da experiência" mescla o público com o privado, a amizade e o engajamento, a diversão e a resistência. Pretende-se fortalecer a coletividade e criar formas de horizontalizar-se, rejeitando o protagonismo individual do político tradicional.

Referências & Sugestões de Leitura

Agier Michel, 2011, *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.

Arantes Antonio A., 2017, "A guerra dos lugares" in Arantes, A. A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

Campos Luiz Augusto et Machado Carlos, 2015, « A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil », *Revista Brasileira de Ciência Política*, abril 2015, no 16, p. 121-151.

Citton Yves, 2012, *Renverser l'insoutenable*, Paris, Éditions du Seuil, 208 p.
De Certeau Michel, 1994, *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

Faria Flávia de, 2018, "Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo", *Revista Contraponto*, 2 août 2018, vol. 5, no 1.

Foucault Michel, 1997, *Il faut défendre la société - Cours au Collège de France, 1976*, Hautes Études., Paris, Gallimard/Seuil.

Frúgoli Jr. Heitor, 2018, "Ativismos urbanos em São Paulo", *Caderno CRH*, avril 2018, vol. 31, no 82, p. 75-86.

Frúgoli Jr. Heitor, 2005, "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia", *Revista de Antropologia*, juin 2005, vol. 48, no 1.

Manin Bernard, 2012, *Principes du gouvernement représentatif*, Paris, Flammarion (coll. Champs Essais).

Meneguello Rachel, Mano Maíra Kubik et Gorski Caroline, 2012, "Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política" In *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, 1ª ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Universidade Estadual de Campinas.

Speck Bruno, Sacchet Teresa et Santos Fernando Henrique dos, 2012, "Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil" In *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro*

Speck Bruno, Sacchet Teresa et Santos Fernando Henrique dos, 2012, "Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil" In Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros, 1a ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Universidade Estadual de Campinas.

Strathern, Marilyn. 2014. O efeito etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, capítulo 7 "O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto?", p. 231-239.

Sobre a autora deste volume

Flavia de Faria
defariaflavia@gmail.com

É graduada em filosofia pela PUC-SP, mestre em ciências sociais pela Sorbonne/Paris V e doutoranda em antropologia social na Universidade de São Paulo com dupla titulação em sociologia na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Membro do GEAC (PPGAS/USP), do SMAG (CriDIS/UCL) e integra o RT21 Movimentos Sociais da Associação Francesa de Sociologia.

ANTROPOLOGIA DA CIDADE MODOS DE FAZER

Exercício
etnográfico:
instruções
gerais

VOLUME 5

VOLUME 5

Bianca Barbosa Chizzolini

Flavia de Faria Moreira da Silva

Gabriela Pereira de Oliveira Leal

Maurício Fernandes de Alcântara

O exercício etnográfico: instruções gerais

Bianca Chizzolini, Flavia de Faria Moreira da Silva, Gabriela Leal e Maurício Alcântara

Chizzolini, Bianca; Silva, Flávia de Faria Moreira da; Leal, Gabriela; Alcântara, Maurício (orgs.).

Antropologia da Cidade – Modos de Fazer, vol. 1, 28 p.
São Paulo: GEAC-USP: 2019

Material didático

● Antropologia da cidade: modos de fazer ●

Heitor Frúgoli Jr.

O presente material didático foi organizado por integrantes do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC-USP), com base em pesquisas de pós-graduação já realizadas ou em andamento. Trata-se de uma introdução à antropologia da cidade, com ênfase na pesquisa etnográfica e na questão das práticas. São enfoques contemporâneos, com atenção a múltiplas apropriações do espaço público que ocorrem principalmente na cidade de São Paulo, no campo dos usos pedestres das ruas, da arte urbana, do lazer associado ao consumo, do ativismo político. Isso inclui a orientação de uma experiência tópica de observação de práticas espaciais e seus possíveis significados, que pode ser realizada, com as devidas mediações, em diversos contextos e cidades.

Pretende-se, portanto, contribuir para a divulgação da antropologia e da etnografia como forma de aprofundar o conhecimento sobre fenômenos urbanos. Almeja-se tanto compreender, de forma mais elaborada, certas práticas usuais do espaço da cidade, quanto dar relevo àquelas que têm ocorrido de forma mais recente e inédita nas ruas, cujos sinais e indícios demandam uma compreensão mais elaborada. O texto se destina, a princípio, a professores da rede pública e particular, a graduados de qualquer área, cientistas sociais, integrantes de ONGs e de associações comunitárias, arquitetos e urbanistas, historiadores, geógrafos, artistas, assistentes sociais, agentes de instituições culturais. A bibliografia sugerida volta-se a noções básicas dos tópicos abordados, com a sugestão de leituras adicionais que permitem eventuais aprofundamentos.

Espera-se que cada volume desse material inspire olhares analíticos voltados a modos de vida na cidade e à decifração das vidas na rua, que constitui um espaço elementar de urbanidade.

1. PREPARAÇÃO

Antes do exercício

Nos quatro fascículos anteriores deste material, apresentamos uma série de conceitos, relatos e reflexões elaboradas a partir de pesquisas etnográficas realizadas em contextos urbanos. Para este fascículo final, reunimos uma série de orientações, recomendações e reflexões que podem ser úteis para pesquisadores e estudantes interessados em realizar suas próprias pesquisas ou incursões em contextos urbanos – com sugestões de temáticas, exercícios e práticas de registro para uma observação etnográfica.

Como toda pesquisa tem um objeto próprio, uma temática particular, acontece em uma territorialidade específica e supõe a interação com diferentes pessoas, essas sugestões não são obrigatórias e nem restritivas. Tratam-se mais de sugestões de pontos de partida e menos um conjunto de regras preestabelecidas. É um pequeno repertório com possibilidades de entrada em campo, formas de abordagem, de registro e de análise. Se você for utilizá-lo, avalie quais ideias são mais adequadas ao tipo de observação que pretende fazer e, principalmente, sinta-se à vontade para combiná-las, adaptá-las, e para inventar outras formas de observação.

Mas antes da saída a campo, há um aspecto importante que precisa ser enfatizado: independentemente da escolha acerca dos temas a serem explorados e das práticas de pesquisa que serão adotadas para essa finalidade, é fundamental que a pessoa que sairá a campo elabore questões que nortearão o exercício etnográfico. A prática etnográfica necessita de um olhar interessado, que é informado previamente por temas, problemas e perguntas: Que fenômeno eu quero observar? Por que eu quero observar isso? O que eu já sei (ou acho que sei) sobre esse assunto? Quais são as hipóteses que pretendo investigar? Para essas últimas duas questões, é sempre importante buscar uma postura mais aberta, para não deixar que as pressuposições que temos antes do exercício nos impeçam de observar fatos que não endossam aquilo que achamos que sabemos. Afinal, uma pesquisa de campo serve

justamente para que possamos coletar informações que ainda não temos sobre os fenômenos que pretendemos compreender.

A partir das perguntas, é possível fazer um pequeno planejamento prático: Onde eu posso observar isso? Com quais pessoas eu pretendo conversar? Em que dias e horários posso fazer uma melhor observação? Mais uma vez, essas perguntas não devem restringir o que será feito: elas apenas indicarão o ponto de partida da atividade, e quanto mais nos deixarmos afetar por todos os estímulos, observações, descobertas, dificuldades e desafios que serão vivenciados no campo, e quanto mais permitirmos que as contingências da experiência etnográfica nos levem para outros caminhos, mais interessante tende a ser a observação. Mas, para isso, as perguntas iniciais são fundamentais – pois são elas que sempre servirão como guias nos momentos em que a experiência de campo nos leva a direções que não prevíamos ou a situações em que nos sentimos perdidos.

Por fim, também é importante escolher formas de registro que sejam coerentes com o que se pretende observar (câmera, gravador, caderno...), mas lembrando que, antes de registrar qualquer coisa, o foco do exercício é de observar.

2. EXERCÍCIO

Durante o exercício

O exercício pode ser feito individualmente ou em duplas ou trios; nesses casos, procure pessoas que farão um tipo de observação similar à sua - ex.: caminhar por determinado perímetro ou sentar em certo lugar e observar.

As questões elaboradas inicialmente para guiar seu exercício devem estimular seu olhar, mas não deixá-lo estanco. Desta forma, é importante ter uma postura e um olhar curioso que procure possibilidades. No campo, mais do que respostas, procuramos questões, usos, detalhes, padrões. Lembrem-se que na etnografia estamos interessados no cotidiano, no micrológico, naquilo que podemos apreender através das relações intersubjetivas que estabelecemos.

Importante: trate o diferente como alteridade e não como exótico. Isto é: reconheça a diferença em relação à sua realidade, mas não a estigmatize.

Atentem-se ao contexto e à maneira como irão se inserir nele, procurando sempre estabelecer uma postura que dialogue com as dinâmicas que estão colocadas.

Ao abordarem alguém, lembrem-se de explicar que se trata de um exercício de observação/etnográfico - a escolha de como explicar também faz parte do processo.

O mesmo vale para instituições: caso sejam abordados pelos seguranças, expliquem o que estão fazendo, negociar o campo também faz parte. Lembrem-se de frisar que não tem fins comerciais e que nada será divulgado. Fiquem atentos aos celulares e máquinas fotográficas, lembrem-se: tratam-se de espaços públicos.

ESTRANHAR O QUE É FAMILIAR TORNAR FAMILIAR O QUE LHE É ESTRANHO

Antes de se tornar consciente, o familiar deve ser despojado de sua invisibilidade. Deixemos de assumir que esse objeto não requer explicações. Por mais recorrente, simples ou comum que seja, é preciso tratá-lo como algo inusual. Bertolt Brecht

POR ONDE COMEÇAMOS?

observe o momento

pense que tudo está vivo e animado

tudo é interessante.

Olhe mais de perto

mude de caminho com frequência

contemple por períodos de tempo longos e curtos

preste atenção às histórias que sucedem ao seu redor

identifique padrões, faça conexões

**documente seus descobrimentos de distintas formas
(anote)**

incorpore o azar

observe o movimento

dialogue com o seu entorno e comunique-se com ele

rastreie as origens das coisas

utilize todos os seus sentidos em suas investigações

“Como ser um explorador do mundo”. Keri Smith

Sugestões de exercícios para iniciar a observação e aquecer o olhar:

Há muitas maneiras de iniciar a observação de um espaço que se quer investigar pela primeira vez. Sugerimos a seguir um conjunto de abordagens que se relacionam diretamente aos temas que você leu nos 4 volumes precedentes.

OBSERVAÇÃO DO CIRCUITO INSTITUCIONAL E DE LAZER

Observe o circuito de lazer, como bares, festas, centros culturais, clubes e das instituições do entorno, como escolas, hospitais, bibliotecas, delegacias, praças.

MAPA DE ARTES GRÁFICAS

Faça um mapeamento de graffiti e arte urbana (lambe lambe, stencil e outros) da região. Observe as técnicas utilizadas, se possuem ou não alguma identificação de quem a realizou, e o conteúdo dessas mensagens.

OBSERVAÇÃO DOS RITMOS E TEMPOS DE UMA RUA

Observe e descreva o tráfego de pessoas, carros, os sentidos dos deslocamentos, percursos, padrões de deslocamento e demais elementos que denotem passagem do tempo e fluxo.

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MOBILIÁRIO

Mapeie os espaços associados à memória e história da região, e converse com as pessoas para registrar suas lembranças sobre aquele espaço. Observe os padrões de ocupação do espaço público, como são usadas as calçadas, as ruas, praças e atividades realizadas nesses espaços. Atente ao mobiliário urbano da região e seus usos, como parques, praças, bancos público, muretas, corrimões, quadra de futebol, calçadas, pontos de ônibus etc.

MAPA SONORO

Sente-se por uma hora em algum lugar, registre os sons que você percebe, como ele é formado, sua relação com o uso do espaço, assim como o número de vezes que aparecem. Trace a posição aproximada dos sons em relação a você em um mapa.

MAPA DE PESSOAS

Visite um parque ou outro lugar público, como um museu ou um hospital. Desenhe um mapa indicando por cores a localização das pessoas em relação à sua. Anote como são as pessoas, o que elas vestem, o que fazem (do que falam, com quem falam, o que comem, como se movimentam, se deslocam e se relacionam).

MAPA DE ODORES

Saia para caminhar, faça uma lista de todos os odores do lugar, tente identificar de onde eles provêm e observe a relação desses odores com os usos do espaço, e como as pessoas reagem a ele, seja um odor bom ou não.

DESCREVA OS DETALHES DO SEU ENTORNO

Lojas, prédios, estacionamentos, vendedores ambulantes, árvores, praças, pessoas, cachorros, janelas, pontos de ônibus, grafittis, pixos, jardins, placas de trânsito. O que mais você vê?

OBSERVAR PESSOAS

“Sente-se em um lugar público durante uma hora e documente as pessoas que você vê. Faça anotações detalhadas, desenhe o elemento que mais chama a sua atenção” (Keri Smith, 2016, p. 73 - tradução nossa)

SUGESTÕES DE REGISTRO



escrever



fotografar



filmar



desenhar

2. RELATO DE CAMPO

Depois do exercício

No trajeto de volta ou assim que chegar em casa, não esqueça de fazer anotações descritivas sobre os diferentes aspectos observados ou trechos de falas. Este é um exercício de caderno de campo, o primeiro passo da elaboração analítica da etnografia. Lembre-se que são anotações apenas para você, não se preocupe com a linguagem, formatação etc. O importante é procurar anotar o máximo de detalhes que foram percebido, com o máximo de densidade. Isso inclui não apenas os "achados", mas o máximo de impressões que você tiver e lembrar - o que inclui notas sobre como foi sua inserção no campo, que sensações você teve, quais dificuldades presenciou.

É importante que esse registro aconteça o mais rapidamente possível para que os detalhes não se percam, afinal a tendência é que esqueçamos aquilo que, no calor do momento, não achamos tão relevante - mas que poderá ser útil posteriormente, quando quisermos rememorar as impressões da ida a campo à luz de novas reflexões, observações e leituras. Dependendo do tipo de observação que você fez, talvez seja interessante observar no mapa quais foram os espaços onde esteve, por quais caminhos circulou, quais são as distâncias percorridas e o que mais há nos arredores. Isso pode ajudar a criar uma nova perspectiva sobre a relação dos locais visitados/pesquisados, e o bairro e a cidade no entorno.

Após um dia ou dois, volte às anotações e escreva um novo texto para organizar todas as impressões que foram registradas no diário de campo, para elaborar uma primeira reflexão mais geral a respeito do observado. Aqui, o exercício é o de transformar o registro do "eu vi" em algo um pouco mais elaborado, contrastando-o tanto com as concepções que você tinha antes de ir a campo, como com as reflexões que você teve depois da experiência. Vale pensar em reflexões como "eu pretendia, mas...", "eu percebi que...", "eu não

esperava que...", "eu descobri que...". Neste processo, tente lembrar de leituras e conceitos que você já conhece e que dialogam com aquilo que você está investigando, além de conceitos que foram vistos nos quatro fascículos deste volume e sejam úteis para a sua investigação (tais como fazer cidade, tática, estratégia, liminaridade, fronteiras, territorialidades, usos do espaço, conflito, patrimônio etc...).

Por mais que esse segundo texto tenha um grau maior de reflexão, não se preocupe com afirmar algo – trata-se de um exercício de observação, não a construção de uma nova teoria. Este é um bom momento para que essa escrita indique pistas que possam orientar para as próximas etapas da investigação: quais são as novas perguntas que surgem a partir do que foi observado? Há a possibilidade de fazer uma nova observação à luz dessas novas perguntas? Quais são novas as leituras possíveis que podem auxiliar em uma maior compreensão dos fenômenos observados? Para quais caminhos e próximos passos a observação está apontando?

* * *

Autores deste volume

Bianca Barbosa Chizzolini
biachizzolini@gmail.com

Flavia de Faria
defariaflavia@gmail.com

Gabriela Pereira de Oliveria Leal
gabs.leal@gmail.com
@gabs_leal

Maurício Fernandes de Alcântara
maucantara@gmail.com

